



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA**

PATRÍCIA DA COSTA OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NO GOVERNO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART: UM MARCO NA
POLÍTICA EDUCACIONAL DO BRASIL

Rio de Janeiro

2021.2

PATRÍCIA DA COSTA OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NO GOVERNO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART: UM MARCO NA
POLÍTICA EDUCACIONAL DO BRASIL

Monografia apresentada à Universidade
Federal do Rio de Janeiro como requisito na
conclusão da disciplina de Orientação de
Monografia.

Orientador: Prof.Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro

2021.2

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre me ajuda em tudo.

Ao professor Dr. Roberto Leher pela paciência, ajuda e apoio.

À minha família, pelo apoio incondicional e paciência.

In Memoriam à minha mãe pelo amor, apoio incondicional, carinho, paciência, e que sempre me deu apoio nos momentos de luta.

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.” (Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, 2013).

“Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.”(Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, 2013).

“A independência só se alcança quando a consciência política do país, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e aprender a realidade nacional, e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades.” (San Tiago Dantas, 1963).

RESUMO

A monografia apresenta um breve histórico da educação brasileira, particularizando o período do governo João Goulart. A pesquisa coloca em relevo a importância, avanços e recuos nas políticas educacionais do governo Jango, no qual foi elaborada uma proposta educacional vinculada à polissêmica política nacional desenvolvimentista. A pesquisa coloca em relevo o papel de intelectuais da educação a exemplo de Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro na implementação de políticas educacionais neste período. Não é possível deixar de enfatizar, também, a relevância de intelectuais que pensaram as grandes orientações da política econômica como Celso Furtado para pensar a conexão da educação com o pleno desenvolvimento nacional.

As propostas educacionais que circularam no período do governo de João Goulart foram discutidas a partir de um contexto de grande vitalidade da cultura nacional (CPC-UNE, Círculos de Cultura, Movimentos de Educação de Base, novas estéticas teatrais, cinematográficas e literárias etc.). As experiências de educação popular, o Programa Nacional de Alfabetização, e mesmo a luta pela LDB, ainda que em bases liberais, especialmente após a Revolução Cubana e sua opção pelo socialismo, passaram a ser acridamente combatidas pelas forças conservadoras. Foi nesse contexto que ocorreu o golpe empresarial-militar de 1964. A partir do golpe, todas as principais políticas educacionais de Goulart foram combatidas: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire foram atingidos pelo Ato Institucional n. 1, a UnB foi desconstituída e os programas de alfabetização foram inteiramente reconfigurados. A monografia foi construída por meio de pesquisa bibliográfica e documental, especialmente Bomeny (2012), Faria (2012), Dorigão (2015), Freire (1963), Ribeiro (1975) Santos (2019), Saviani (2009), Teixeira (1960) que permitem caracterizar a política educacional no governo Jango.

Palavras-chave: Governo João Goulart; Educação; Desenvolvimentismo; Democracia.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - EVENTOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	
.....	12
1.1 - Marcos na história da educação.....	12
1.2 - Associação dos períodos e a história da educação.....	15
CAPÍTULO II - O GOVERNO DE JOÃO GOULART.....	17
2.1 - A Guerra Fria e a posse de Jango.....	17
2.2 - A política nacional-desenvolvimentista de Vargas reformulada no governo Jango.....	19
2.3 - Trajetória Política de Jango	21
2.4 - Situação econômica, social e educacional do país no governo Jango	22
CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DO GOVERNO DE DE JANGO	
.....	33
3.1 - Paulo Freire - intelectual e expoente implementador da Política educacional no governo Jango.....	36
3.2 - Celso Furtado - economista, intelectual e expoente implementador da política de Jango na área econômica.....	43
3.3 - Anísio Teixeira - intelectual e expoente implementador da política de Jango na área educacional.....	47
3.4 - Darcy Ribeiro - intelectual e expoente implementador da política de Jango na área educacional e a análise das políticas educacionais implantadas no Brasil.....	53
3.5 - Um balanço da política de Jango e sua relação com os intelectuais formuladores da política educacional deste período.....	60
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
5 - REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

No contexto histórico, político, econômico e social da história do Brasil republicano, a educação é marcada por avanços e recuos, os quais, dependendo da política constituída em determinada época, contribuem de forma positiva na construção de políticas públicas, geradas e direcionadas através de dispositivos legais que favorecem à educação. Ao passo que, em outros momentos, estas políticas operam de forma negativa, em que decisões no campo educacional materializam uma lógica capitalista dependente que precariza e desvaloriza a educação brasileira e, sobretudo, mantém as grandes massas populares submetidas a uma educação de baixa complexidade.

O objetivo da presente monografia é pesquisar a temática “A educação no governo do presidente João Goulart: um marco na política educacional do Brasil”. Nesta ótica, pretende-se investigar e compreender o papel fulcral desempenhado por intelectuais da educação, como Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e, subsidiariamente, a proposta desenvolvimentista de Celso Furtado no que tange à criação e implementação de políticas educacionais no governo de Jango. A pesquisa interpela como os referidos intelectuais concebem a educação como promotora e formadora de sujeitos com direitos de cidadania (como o direito ao voto, naquele contexto, exclusivo dos alfabetizados) qualificados a lograr a ascensão social e profissional.

Cabe ainda frisar que a monografia contém dois objetivos específicos: a) pesquisar a atuação dos grandes expoentes intelectuais, educadores e formuladores de políticas educacionais no governo de João Goulart, citados acima, e b) analisar o plano educacional do governo Jango e seus nexos com o nacional-desenvolvimentismo.

É importante salientar que o período de governo do presidente João Goulart foi marcado pela consolidação de um regime democrático no país que prioriza atender às demandas econômicas e sociais de todo o tecido social, sem descartar a classe trabalhadora. A política do governo Jango possibilitou a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, incluindo a educação, tema que é investigado nesta pesquisa.

Na perspectiva dos referidos intelectuais, a política educacional democrática deveria possibilitar o acesso universal à educação, uma vez que os dados coletados nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1961, apontam um alto índice de analfabetismo. O censo do IBGE, nesse período, mostrou que apesar do país (Brasil) constituir um vasto território com 70.779.352 habitantes, por outro lado apresentava um percentual de 39.5% de analfabetos, o que denota que há grande parcela da população brasileira, entre a faixa

etária de 15 a 69 anos, que é analfabeta. Sem contar que segundo dados do instituto acima citado, havia um outro fator alarmante que se perpetuava na estrutura educacional do país, pois existiam 5.775.246 de alunos matriculados na rede de ensino primário, 868.178 no Ensino Médio, 93.202 no Ensino Superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação. As pesquisas neste período ainda revelam que menos de 15% dos alunos matriculados no ensino primário alcançaram o Ensino Médio, quase 2% nem chegaram ao ensino superior e apenas 0,5% alcançaram a pós-graduação, o que demonstra a restrição e fragilidade instalada na estrutura educacional no país. (BOMENY, ANO?, s/p).

Estes dados estatísticos alarmantes encontrados na estrutura socioeducacional, na realidade, resultam na necessidade fulcral de alfabetizar a população: como apontado, somente os alfabetizados possuíam direito de voto, e, para avançar na pauta nacional-desenvolvimentista era preciso ampliar o eleitorado popular e, ainda, educar politicamente o eleitorado para a cidadania política. Pelos motivos já citados, foi necessário criar um *projeto de nação*¹ vinculado à política nacional desenvolvimentista.

A pesquisa busca examinar, justamente, o lugar da educação no citado projeto, analisando, especialmente o Plano Trienal, o Plano Trienal de Educação, Plano Nacional de Educação, a LDBEN aprovada em 1961(Lei 4.024/61), sem contar com fóruns do Conselho Nacional de Educação, Conselho Federal de Educação, entre outros eventos educacionais ocorridos à época. A metodologia da pesquisa utilizada possui uma abordagem qualitativa e será realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Nesta esteira, é importante salientar que um dos objetivos do governo de Jango foi de erradicar o analfabetismo no país e viabilizar a universalização e nacionalização da educação de forma democrática. Para tanto, criou mecanismos constitucionais voltados à educação e direcionados à toda população, e ainda utilizou o método de alfabetização Paulo Freire com a finalidade de alcançar este público, e assim, reduzir o elevado índice de analfabetismo no país. O método que Paulo Freire utilizava para alfabetizar a população logrou mudanças nos paradigmas do ensino tradicional. Neste método o processo de ensino/aprendizagem se dava

¹ O Projeto de Nação na Era Vargas visava a inserção da economia brasileira diante de um novo contexto internacional que se delineava. Ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo porque via a dependência comercial, tecnológica e financeira, o principal entrave no desenvolvimento do país. Para tanto, seria necessário fortalecer o capital nacional de forma a promover o fortalecimento da indústria brasileira, sobretudo porque grande parte do capital ainda estava voltado para a economia agroexportadora; o que vale salientar que este projeto de industrialização seria tutelado pelo Estado. O Projeto de Nação do governo de João Goulart é caracterizado pela reafirmação da existência de um projeto de desenvolvimento econômico e social baseado na continuação do nacional-desenvolvimentismo iniciado por Vargas. Este Projeto de Nação tem o objetivo de promover a distribuição de renda por meio de reformas estruturais, como as reformas de base, inclusive a educacional, que seria a grande promotora do desenvolvimento do país (MOREIRA, 2011, p.34,333).

de forma dialógica, articulado aos saberes e culturas regionais advindas do cotidiano do aluno, considerando a acentuada desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social existente no país, principalmente nas regiões do norte, do Centro-Oeste e do Nordeste. Por este motivo, foi importante frisar a relevância de se criar políticas públicas educacionais emancipatórias voltadas para estes alunos diante de um cenário nefasto de analfabetismo instalado no país neste período. O objetivo era disseminar a âmbito nacional o método Paulo Freire, desenvolvido pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco, o qual foi testado em vários estados do Nordeste, dentre outros estados do Brasil através do Centro Popular de Cultura (CPC UNE) devido às experiências dos seus alunos em Angicos (ALONSO, ANO?, s/p), sem contar com os movimentos de cultura popular como o Movimento de Educação Popular (MEB).

Neste trabalho é importante também destacar a atuação de duas personalidades da educação, os quais são: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, estes que foram peças-chave na criação da Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 21 de abril de 1962. Vale citar em destaque que o objetivo desses intelectuais era reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país.

A elaboração da pesquisa dialoga com as obras de Santos (2019), Bomeny (2008), Faria (2012), Dorigão (2015), entre outros; os quais, além de tecer um panorama do contexto histórico da época do governo de João Goulart, ainda articulam e elucidam uma compreensão mais aproximada e congruente do que tenha sido o governo de Jango no que se refere à educação, além de descortinar a intencionalidade da atuação destes intelectuais supramencionados neste governo, os quais trouxeram propostas políticas diretamente articuladas, vinculadas e benéficas à educação e à população.

Cabe destacar que a referência teórica de Dorigão (2015) é considerada de grande importância nesta pesquisa, posto que, em sua tese, discorre que Darcy Ribeiro foi um dos intelectuais atuantes na educação no governo Jango e autor de relevantes reflexões sobre as universidades como parte do projeto de nação. Para Darcy, a universidade deve ter o objetivo central de concretizar de fato a profissionalização dos indivíduos pertencentes à sociedade brasileira e, sobretudo, de formar intelectuais capazes de pensar de modo original o porvir da nação. Dorigão ainda verbaliza sobre as tentativas de Darcy de reformar as instituições educacionais, a fim de que estas alinhem e configurem seu ensino, em consonância às mudanças sociais ocorridas à época. Em seu estudo, Dorigão (2015) ainda explica como Darcy Ribeiro compreendeu o contexto de dependência econômica e cultural dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, e indicou desafios para desenvolver a industrialização e o

desenvolvimento por meio da educação. O autor ainda cita que a educação básica e superior capacitaria os indivíduos do tecido social, o que alavancaria o fomento desenvolvimentista no país, desarraigando-o assim da condição de dependência dos países desenvolvidos. O autor (DORIGÃO, 2015) pontua que o projeto de nação de Darcy Ribeiro contaria então com a universidade na função intencional de superar o atraso histórico de desenvolvimento social e econômico, com vistas à emancipação dos povos e à construção de uma identidade própria, no intuito de construir bases para a autonomia da nação, sem a qual o país não pode forjar o seu próprio destino.

Santos (2019), nesta pesquisa, é considerado o teórico que corrobora com a proposição de que no governo de João Goulart houve a atuação de intelectuais da educação que se tornaram grandes expoentes na implementação da política nacional e educacional. Embora com perspectivas distintas, os intelectuais elencados têm adesão ao pensamento nacional-desenvolvimentista. Eles atuaram numa convergência de ideias que os aproximava do pensamento nacional-desenvolvimentista, a exemplo da grande atuação destes na LDB/61, no Plano Nacional de Educação, de 1962, e no Plano Trienal de Educação, de 1963.

Neste escopo, Bomeny (ANO?) contribui na pesquisa quando discorre sobre a trajetória da vida de João Goulart, sua inserção política, a política nacional implementada à época, conjuntamente com seus cooperadores a fim de fortalecer um projeto nacional de desenvolvimento. A autora ainda discorre sobre a política externa independente de San Tiago Dantas, conhecido como o grande formulador desta política citada, e sobre a política educacional elaborada pelos intelectuais da época em consonância com Jango, sendo que este ideário, de acordo com a autora, é fruto da junção do pensamento desenvolvimentista oriundo de Jango com os intelectuais da educação como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e o economista Celso Furtado, os quais vislumbravam valores democráticos e de igualdade social perpetrados no país. Por este motivo, este governo intentou planejar uma política e dispositivos legais que viabilizassem o acesso à educação e a aplicabilidade de um método de alfabetização voltado para a população, a fim de reduzir o alto índice de analfabetismo diagnosticado no país, que, como assinalado, reduzia o eleitorado popular. Neste arcabouço, um outro objetivo claro, era de construir uma nação letrada, crítica e consciente dos seus direitos de cidadania e, não menos importante, de educação e de profissionalização para melhor inserção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente no setor industrial.

Faria (2012) traça um panorama sociopolítico do período, os movimentos de educação e cultura popular no Brasil, as políticas governamentais empregadas no governo de João Goulart, as quais de certa forma, possibilitaram um aumento significativo no número de

alfabetizados do país, estes, calcados no Método Paulo Freire de alfabetização. De acordo com a autora, Jango se propõe a legitimar a utilização do método de alfabetização Paulo Freire e os movimentos de educação e cultura popular porque entendia a educação como um processo conscientizador e politizador das classes populares. Faria (2012, p.3-5) explica que em 1961 existia um quadro alarmante de analfabetismo e utiliza os dados já citados por Bomeny (ANO?, s/p).

Esta pesquisa pretende contribuir para um melhor conhecimento de uns dos períodos históricos mais inventivos em termos educacionais e em que a educação foi pensada como parte de um projeto democrático de nação. Em contraste, o período da ditadura empresarial-militar ampliou a educação pública sob a égide do autoritarismo e da agenda do capital humano, criando bases para as políticas neoliberais do presente.

E é dentro deste solo que a monografia será dividida em três capítulos: no primeiro capítulo será feito um breve histórico da educação brasileira que fundamenta o período Jango. No segundo capítulo, será feita uma breve explicação sobre o contexto de Guerra Fria, período que o governo de Jango estava inserido, e a política interna implementada no referido governo. No terceiro capítulo será contemplada a política educacional adotada no período do governo do presidente João Goulart e o projeto educacional vinculado ao pensamento de desenvolvimento nacional. Cabe dizer que, dentro deste prisma, serão elencadas, a atuação e as contribuições dos grandes pilares do projeto desenvolvimentista da educação no período de Jango, como Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro; e cabe aqui destacar que é de suma importância discorrer, dentro deste contexto, e considerar as contribuições do economista Celso Furtado.

CAPÍTULO I - EVENTOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

1.1 - Marcos da história da educação:

É importante destacar alguns eventos na história da educação, colocando em relevo que, desde o movimento dos pioneiros da escola nova, a educação é idealizada pelos educadores liberal-democráticos como parte de um projeto democrático de nação. Logo, a ideia de planejar e configurar o sistema educacional com paradigmas democráticos e universais surgiu neste contexto da história da educação e transitou com as mesmas perspectivas no governo de Jango. Desta forma, foi necessário fundamentar teoricamente e destacar os desdobramentos políticos que ocorreram no âmbito da educação, a partir dos estudos de Dermeval Saviani, que realizou um panorama histórico da educação nestes períodos especificamente. O autor ainda coloca que a formação docente foi estruturando a própria ideia de educação pública e de educação escolar. Foi neste âmbito que Anísio Teixeira e outros intelectuais que contribuíram com o governo Jango ganharam proeminência.

Um outro aspecto importante a destacar é o papel que a educação desempenhou ao longo dos anos supracitados nos sujeitos pertencentes à sociedade. De toda forma, este fenômeno se dá de forma progressiva, a partir do momento que a educação é valorizada, e é definida como um elemento catalisador que se conecta com o pleno desenvolvimento da nação. É neste solo, que é importante mencionar os intelectuais da educação que atuaram em períodos anteriores à Vargas, no mesmo governo, e em períodos ulteriores, no governo Jango, como: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e o economista Celso Furtado, os quais revelam a importância da educação universalizada e concedida à sociedade de forma democrática. Estes expoentes ainda acreditavam numa sociedade que outorgue o direito à educação de forma universal e democrática a fim de cumprir com a justiça social.

Cabe aqui mencionar preliminarmente a atuação de Anísio Teixeira, como um dos protagonistas do movimento da Escola Nova, nomeado como “O Manifesto dos Pioneiros”, este que foi signatário na criação em 1935 da UDF e foi um dos precursores que acreditavam na valorização da educação, posto que esta promove a pesquisa científica que beneficia à sociedade através de descobertas das ciências e dos inventos, além de pensar que a educação forma profissionais dotados de saberes distintos, os quais operam nas diversas atividades na sociedade. A Constituição de 1946, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961

e o Plano Nacional de Educação de 1962, retornam com os mesmos ditames já acordados pelos pioneiros da escola nova; cabendo aqui destacar a ilustre iniciativa de um dos signatários da escola nova, que foi Anísio Teixeira, destacando sua importante atuação nos debates na LDBEN aprovada em 1961 (Lei 4.024/61) na defesa da escola pública, laica e obrigatória.

Quase trinta anos após o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, especificamente no governo Jango, houve um acontecimento de grande vulto na história da educação brasileira, que foi a criação da Universidade de Brasília (UnB), esta que foi inaugurada em 21 de abril de 1962; que coloca em destaque, dois intelectuais do governo Jango, que desempenharam papel fulcral na sua criação e organização. A instituição contou com a participação de Darcy Ribeiro o qual definiu as bases da universidade conjuntamente com o educador Anísio Teixeira. O protagonismo de Darcy e Anísio na criação da UnB expressou o sentimento de um país que conquistaria sua soberania pela promoção da ciência e tecnologia concebidas em território nacional (extraído do site <https://www.unb.br/a-unb/historia>). Cabe aqui dizer que a UnB foi inspirada numa arquitetura:

em que Institutos Centrais que dariam a formação básica do estudante deveriam estar agrupados, geminados, para que os estudantes pudessem circular livremente naquelas áreas, conhecer as diversas áreas do conhecimento e, com isso, adquirir uma cultura científica, tecnológica e cultural ampla e integrada, tornando-os sujeitos ativos na vida universitária, sujeitos que compartilham o desenvolvimento institucional. As Faculdades Profissionais, por sua vez, assegurariam a formação profissional sob o prisma da ciência aplicada. Os Órgãos Suplementares, voltados para a arte, cultura, esporte cumpriram a função, lato sensu, da extensão universitária. A concepção de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro de que os estudantes compõem o co-governo da universidade demandou que os mesmos deveriam estar na instituição em horário integral, algo, até então, impensável no Brasil, e de que os professores deveriam conviver com os seus estudantes por meio do regime de dedicação exclusiva. A perspectiva do co-governo instaura um novo marco conceitual na vida universitária brasileira. É importante lembrar que, naquele contexto, a dedicação exclusiva não era uma prática usual nas universidades brasileiras. Inova também, à semelhança do que alguns institutos de pesquisa já haviam feito, na abolição do regime de cátedra, ainda presentes nas universidades brasileiras até a Lei 5.540/1968 (LEHER, 2017, p.146-147).

Cabe aqui citar que Darcy e Anísio Teixeira, em parceria, participaram de questões referentes à educação como descrito abaixo por Santos.

A importância de discutir as redes de reciprocidade, de construção dos planos educacionais uniu a trajetória de Furtado, às de Darcy e Anísio Teixeira a partir da construção de suas ideias, num tempo histórico singular na república brasileira, no ambiente de reformas educacionais e nos embates que perpassam a aprovação da lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962, ambos na gestão do presidente João Goulart (SANTOS, 2019, p.6).

Estes protagonistas que atuaram no governo Jango, de certa forma, conectam a educação ao pleno desenvolvimento da nação. É nesse sentido, que foi necessário garantir à população o acesso à educação de forma legal, democrática e universal. No entanto, cabe aqui citar a breve trajetória educacional de um outro intelectual da educação já citado acima, que também atuou no governo Jango, que é Paulo Freire.

Paulo Freire em 1960 foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular de Recife e atuou na Universidade do Recife, no Serviço de Extensão Cultural, assessorando governos do Nordeste na implantação de programas de alfabetização (Extraído do Dicionário Biográfico Brasileiro, 2001). No entanto, é de suma importância aqui esclarecer que à época, a principal ideia na política de Jango era alcançar, através da alfabetização, a maior parcela da população, a fim de ampliar o universo de eleitores, o que multiplica, de certa forma, os direitos dos cidadãos, como o direito à educação, ao voto etc. Foi desta forma que Paulo Freire contribuiu na concretização da referida política educacional no governo Jango.

Vale aqui citar também a trajetória do intelectual Celso Furtado que atuou no governo de Jango e que criou o Plano Trienal, o qual inclui as Reformas de Base e o Plano Trienal de Educação. Este intelectual, segundo Tenório e Wanderley (2018, p.507) participou da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) entre o período de 1949 e 1957, trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Tenório e Wanderley (2018) discorrem sobre a atuação de Furtado na educação afirmando que:

[...]Celso Furtado iniciou sua carreira como funcionário e acadêmico, como pesquisador e professor, no campo da administração pública. posição de ministro de Estado no governo de João Goulart (1961-1964). Foi nesse período também que ele iniciou uma colaboração com o Iseb, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) que funcionou entre 1955 e 1964. No contexto das reformas de base propostas no governo de João Goulart, a educação apresentava-se como uma das ações a serem consideradas como elemento fundamental para o desenvolvimento social do país. As contradições evidentes da modernização capitalista no Brasil, iniciadas a partir de 1930, quando a população, desprovida de acesso universalizado à educação básica, trazia como resultado um fator humano que, nas palavras de Furtado, não atendia às exigências do projeto de desenvolvimento. Para Furtado, o investimento no fator humano via que a educação, no longo prazo, criaria as condições necessárias para o desenvolvimento nacional. Ele faz questão de conceber esse fator humano não simplesmente como elemento de aprimoramento de mão de obra especializada ao projeto de industrialização do país, mas como a inclusão das massas trabalhadoras, garantindo-lhes acesso às riquezas (TENÓRIO, WANDERLEY, 2018, p.510-511).

A sua participação na Cepal contribui nas suas reflexões sobre o problema brasileiro e questões acerca do subdesenvolvimento e desenvolvimento. Além das atuações de Celso

Furtado em organizações internacionais como a ONU e a CEPAL que é uma das comissões regionais da ONU, foi atuante no grupo misto Cepal-BNDE, entre outras tantas. Mas é importante frisar a sua atuação no âmbito educacional na formulação do PTE, apesar de ser economista e atuar como Ministro Extraordinário do Planejamento.

De fato, estes expoentes deram o devido valor à educação, que, apesar de atuarem em períodos distintos em relação aos anteriores, comungavam de um mesmo apreço pela educação, esta que é considerada um elemento fundamental na formação plena, em todos os sentidos, dos indivíduos pertencentes à nação.

1.2 - Associação entrelaçando os diversos períodos da história da educação

A disputa pelo caráter público ou privado da educação ocorre tanto na Era Vargas, no Manifesto dos Pioneiros, como no governo Jango. O objetivo dos pioneiros da Educação era defender, com afinco, a expansão da educação às diversas camadas sociais, acreditando que assim, a educação cumpre a sua função social de recrutar todos os grupos sociais, sem distinção, com a garantia de oferecer as mesmas oportunidades educacionais, de forma equânime e democrática, o que promove o desenvolvimento do ser humano, em conexão à concepção de mundo que se delineava. Da mesma forma, houve proposta similar no governo Jango no que tange às reformas na educação, entendendo que a educação é a grande formadora de sujeitos qualificados que contribui para a ascensão profissional dos cidadãos.

No governo Jango um dos pioneiros da escola nova atua novamente na reforma educacional, que é Anísio Teixeira, que traz grandes contribuições no governo Jango junto a Darcy na reforma universitária. A Reforma universitária foi pensada por estes intelectuais a fim de atender as demandas e necessidades da sociedade em transformação. No governo Jango tem a expressão “mais uma vez convocados” com as mesmas premissas da época do movimento do Manifesto dos Pioneiros, onde a ideia a ser concretizada no país, era de adotar uma educação acessível a todos, de forma democrática, gratuita, universal e de qualidade.

Anísio Teixeira imprime a ideia de que a sala de aula é solo fértil de reflexão e a vincula à pesquisa científica, o que coaduna a um mundo em constante mudanças na escola e na sociedade; e é partir desta leitura de educação conectada às necessidades da sociedade, que este coloca a ciência à serviço do Estado e da coletividade de forma que todos pudessem gozar igualmente de seus benefícios, e ainda acredita na construção de uma educação pautada no direito e na democracia que promove o acesso universal, gratuito, de qualidade, ofertada a todos os indivíduos, sem exceção. Da mesma forma, no governo Jango, a educação é vista e

idealizada sob a mesma ótica de pensamento, ainda mais diante do quadro alarmante de analfabetismo que se apresentava no país. Devido este fato, foi importante implantar o projeto de nação, que é o nacional desenvolvimentismo, que contemplava a educação como um elemento importante no desenvolvimento do país.

Diante desse quadro de extremo marasmo da educação brasileira, portadora de um quadro de indigência educacional marcada por um analfabetismo alarmante da população, poderemos contemplar a seguir quão importante foi para o Brasil a tentativa de inaugurar um modelo desenvolvimentista em que a educação seria o pilar básico do governo João Goulart.

CAPÍTULO II - O GOVERNO DE JOÃO GOULART

2.1 - A Guerra Fria e a posse de Jango

Não é possível compreender o governo Jango sem considerar o peso da Guerra Fria desde períodos anteriores à sua posse (e ao período de desestabilização do mesmo), como presidente da República. Conforme proposto na introdução da monografia, é importante discorrer sobre a política interna implementada neste governo que ampliou os atritos com os EUA destacando, nessa análise, a educação.

Ademais, abordar o contexto de Guerra Fria serve como fio condutor para se refletir de que forma os movimentos estudantis e as revoluções que ocorreram, à época, no âmbito internacional, exerceram certa influência nos acontecimentos no Brasil. Na verdade, sob o ponto de vista histórico, estes movimentos populares surgiram em diversos lugares no mundo, devido à insatisfação com governos autoritários e descomprometidos com os direitos humanos e sociais dos povos que, no exercício do seu poder, materializaram certo descaso em atender às reais necessidades da população. Na América Latina, a Revolução Cubana de 1959 e, especialmente, sua proclamação como revolução socialista em 1961 transtornaram fortemente as ações dos EUA no bojo da Guerra Fria. Internamente, no Brasil, a revolução cubana foi considerada como ameaça às elites ampliando a mobilização dos setores dominantes em prol do golpe de 1964, destituindo o governo de Jango. Faria (2019, p.5) explica que: “no nosso país, na década de 60, este embate refletia-se em posições cada vez mais extremistas à esquerda e à direita dos partidos políticos que disputavam o poder e nos movimentos sociais.”

Com o fim da II Guerra Mundial, é aclamada a paz mundial, na possível esperança de se propor a paz perpétua e a harmonia entre os povos. No entanto, segundo a história, o que ocorreu foi o contrário, o mundo decidiu se dividir, ideologicamente entre dois pólos de poder antagônicos, trazendo assim, ameaças de conflitos geopolíticos e disputa de maior poderio bélico entre os países hegemônicos. Este conflito ideológico ocorrido entre os países capitalistas e socialistas, denominou-se Guerra Fria ou Ordem Bipolar.

É importante explicar que a Guerra Fria é marcada pelo conflito geopolítico entre dois polos de poder que coexistiam neste período. Estes blocos, liderados pela União Soviética (socialista) e os Estados Unidos (capitalista), defendiam seus interesses políticos e ideológicos e disputavam a hegemonia mundial. No entanto, estes referidos países, líderes dos blocos supramencionados, exerciam seu poder de persuasão sobre os demais países periféricos, em

suas esferas econômica, política e social. Estes blocos antagônicos disputavam a adesão e a lealdade do resto da humanidade na tentativa de reduzir o sistema internacional em uma ordem bipolar simples, onde outros países também deveriam amoldar-se (MOURA, 1991, p.23). Estes embates políticos estratégicos e ideológicos davam-se através dos países satélites, como eram chamados, por estarem na órbita dos centros de coalizão, ou zonas de influência das duas superpotências.

Neste período de Guerra Fria, o confronto direto entre os países líderes não aconteceu, mas muitos conflitos militares tinham como força militar as duas potências, vide Vietnam, Tchecoslováquia, independência de Angola etc. Na medida que a guerra ideológica entre os países hegemônicos se intensificava, aumentava a ameaça do poder de destruição no mundo, sobretudo porque o nível bélico se aprimorava cada vez mais com o objetivo de constranger o outro bloco antagônico. Neste contexto de Guerra Fria ou Ordem Bipolar, é importante explicar que existia também um quadro de instabilidade internacional devido às ameaças vindas dos países líderes. Para tanto, foi necessário que os países satélites ou periféricos, criassem coesão no interior dos blocos, na tentativa de suprir as demandas de solidariedade ideológica, política e econômica entre os países periféricos que sofriam, de certa forma, pressão dos países hegemônicos.

Desde fins da década de cinquenta e início dos anos sessenta, o cenário internacional tornou-se bastante instável devido ao momento histórico de tensão da Guerra Fria instaurada no mundo, como descrito acima. É importante lembrar que, neste sistema de Ordem Bipolar, ocorria o descontentamento dos países periféricos, que de certa forma contribuiu na insurgência de movimentos cujos objetivos divergem das pautas sacramentadas pelas potências hegemônicas. Foi neste contexto que o Movimento dos Países Não Alinhados ganhou destaque, especialmente pela defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Devido a repercussão das crises internacionais foi necessário que o governo vigente do Brasil refletisse sobre sua habitual posição de alinhamento automático aos Estados Unidos, posto que deveria ser revisada em função da necessidade primordial de desenvolvimento no país.

Vale a pena citar que um dos movimentos internacionais no período do governo de Jango foi a Conferência de Belgrado em 1961, que em linhas gerais, trata-se do Movimento dos Países não Alinhados às duas grandes potências globais em disputa, sobretudo, este movimento recebe adesões de outros países que discordam do sistema bipolar da Guerra Fria, desde 1957, ultrapassando a limitação geográfica e incorporando o sentido mais político. Como supracitado, devido às insatisfações nos países periféricos, aprofundam-se as ideias de apoio aos movimentos de libertação dos países antes colonizados pelas grandes potências

imperialistas, e, que desde então lutam pela descolonização dos países da África e da Ásia; ademais, coexistem neste sistema, a luta pelo não alinhamento em relação aos blocos existentes. Para tanto, começa a se cristalizar a percepção de que o problema de desenvolvimento é um problema internacional e que está diretamente ligado aos padrões de relacionamento dos países do Norte com os do Sul. Surgem então, temas no âmbito internacional, que visam se aprofundar em assuntos sobre a assimetria existente entre países desenvolvidos e não desenvolvidos (ALTEMANI, 2005, p.89). Dado este fato, é automaticamente atribuída grande importância com relação aos novos países da África, cujas aspirações coincidem com as do Brasil, na luta pelo desenvolvimento, na defesa dos produtos de base e pela industrialização. Não é aceita nenhuma forma de colonialismo ou imperialismo, por isso o Brasil se empenhou para que todos os povos coloniais atinjam sua independência no prazo mais breve possível e em condições que possam lhes assegurar estabilidade e progresso (ALBUQUERQUE, 2006, p.333).

Nesse período de tensão global, João Belchior Marques Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, assumiu a presidência do Brasil em Sete de Setembro de 1961. Sua posse foi interdita pelos militares e somente aconteceu com esvaziamento de seu poder por meio da introdução de um parlamentarismo de ocasião quando estava em visita à China, cumprindo a missão que lhe fora confiada pelo presidente Jânio Quadros. O objetivo desta visita era estabelecer as bases de aproximação com a China continental (ibidem, p.364), provável parceiro comercial do Brasil. Sua presença em território chinês teria efeitos perturbadores, pois no jogo de interesses entre Brasil e Estados Unidos, isto evidenciava quão amplos e complexos tornavam-se os limites da presença do Brasil no cenário internacional.

2.2 - A política nacional-desenvolvimentista de Vargas reformulada no governo Jango

Considerando o contexto da guerra fria, até o final dos anos 1950 a América Latina não era considerada um território de grandes preocupações para os Estados Unidos, já que os conflitos com os comunistas na Europa e na Ásia eram mais graves. Naquela década, muitos países da América Latina, como a Argentina, o Brasil e o México, iniciaram uma luta pelo desenvolvimento através da industrialização e pela nacionalização da economia. Esse projeto, conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, entrava em conflito com os setores liberais, neoclássicos e ligados à economia agroexportadora, assim como aos segmentos considerados dependentes e entreguistas. Trata-se de um pensamento sedimentado na construção de um capitalismo por meio de incentivo a empresas locais conhecido como “industrialização por substituição das importações”.

Na década de 50, Getúlio Vargas retornou ao poder através do voto popular e adotou a política desenvolvimentista de “industrialização por substituição das importações”, que visava fomentar a industrialização e a nacionalização da economia no país. As frações burguesas imperializadas se insurgiram frente a tais políticas que são alvo de uma grande disputa política e ideológica. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir da segunda metade dos anos 1950, apoiou a alternativa nacional desenvolvimentista como forma de superar a influência dos Estados Unidos na região, fortalecer a industrialização por meio de alianças com os setores nacionalistas. Neste período, ao passo que os Estados Unidos se preocupavam com a questão da segurança do continente americano, pautados no discurso de contenção do comunismo, já os países latino-americanos reivindicavam uma Nova Ordem Econômica Internacional e melhores termos de troca econômica para superar o subdesenvolvimento.

É nessa esteira que surgiu a Política Externa Independente (PEI) que serve como um instrumento da política de desenvolvimento e abarca questões como: autonomia frente aos EUA, defesa da Nova Ordem Econômica Internacional, construção da coalizão de países não alinhados, maior integração latino-americana, fortalecimento da ciência e da tecnologia e melhorias educacionais, balizamentos necessários para o país vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico. No governo de Jânio Quadros, a Política Externa Independente apresentava-se como uma carta de intenções um discurso ambíguo que, em seus aspectos mais avançados, em termos de soberania nacional somente assumiria contornos mais bem definidos no governo Jango, após a queda do parlamentarismo (op. cit. p.73-79).

De fato, no período Goulart a política externa foi redirecionada de modo a estabelecer maior autonomia frente ao eixo norte-americano para uma inserção mais internacional com a finalidade de alcançar uma política nacional de desenvolvimento. A política externa ganhou mais consistência, um sentido mais realista e profissional. Nesta época, foi nomeado para a pasta do exterior, Francisco Clementino San Tiago Dantas, um dos mais importantes formuladores da Política Externa Independente. Com San Tiago Dantas, a Política Externa Independente passa da discussão à ação. Segundo Dantas, as diretrizes da Política Externa Independente não estavam pautadas apenas em assuntos de ordem internacional, visando considerar apenas os interesses do Brasil, mas objetivou o desenvolvimento, a emancipação econômica e a conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social que seja capaz de atenuar a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

2.3 - A Trajetória Política de Jango

Primeiramente será necessário traçar a trajetória política de Jango de forma cronológica, para que posteriormente, se discorra sobre a política educacional de Jango junto com os intelectuais da educação.

Segundo o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2001), João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango, nasceu em São Borja (RS) em 1º de março de 1919. Apesar de graduar-se em Direito na UFRGS, não exerceu o ofício de advogado, por preferir dedicar-se às atividades agropecuárias. Getúlio Vargas, ao fim de seu mandato presidencial, decide retornar a São Borja, e acaba conhecendo Jango. Com isso, os laços de amizade se fortalecem, e pelo fato de perceber em Jango, o alto potencial de liderança, que era claramente expresso na grande popularidade que tinha no município de São Borja e pela facilidade de este relacionar-se com pessoas humildes; Getúlio Vargas, decidiu engajá-lo na política, o convencendo a entrar para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

De acordo com o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2001), o percurso histórico e político de Jango se deu da seguinte forma. Em 1946, Jango foi eleito deputado estadual e em 1947 foi eleito deputado federal. Em 1951, Jango licenciou-se do cargo, a fim de assumir a Secretaria de Interior e Justiça. Em 1952, Jango retornou ao Rio de Janeiro, quando reassumiu sua cadeira na Câmara. Em junho de 1953, foi nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio com o objetivo de sanar a grave crise que se encontravam os trabalhadores. Em 1955, Jango foi eleito vice-presidente do Brasil na chapa de Juscelino Kubitschek, na coligação PTB e PSD. Nas eleições de 1960, contou com o apoio da UDN e de pequenos partidos que lançaram a dobradinha Jan-Jânio (Jânio e Jango).

Em 1961, já empossados dos seus cargos de presidente e vice-presidente, encontraram um país marcado pela crise econômica, pela inflação, pelo déficit da balança de pagamentos e pela acumulação da dívida externa. Enquanto João Goulart estava na China, Jânio Quadros renunciou à presidência. Segundo a Constituição, João Goulart deveria assumir o cargo de presidente do Brasil, mas houve um impedimento por parte dos militares, que o acusavam de comunista. Diante das crises que eclodiram no país, o Congresso Nacional decidiu promulgar o Ato Institucional que estabelecia o parlamentarismo no Brasil, restringindo, como já assinalado, os poderes do presidente.

Devido a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu o cargo de presidente da República no lugar de Jânio Quadros, sendo o 24º presidente do Brasil. Seu governo operava sob a égide de um regime dito populista e democrático, pois sua grande preocupação estava sedimentada em promover os direitos trabalhistas, amparar a população em suas reais necessidades sociais e econômicas e estabelecer no país a justiça social. Jango preocupou-se

em dar continuidade a Política Externa Independente, que fomentava benefícios desenvolvimentistas no país, logrou reformas econômicas para promover o bem comum da população, e ainda preconiza mudanças na educação, mas em períodos posteriores, foi deposto, por sofrer o golpe militar de 1964 (Extraído do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, 2001).

2.3 - Situação econômica, social e educacional do país no governo Jango

O clima de tensões da Guerra Fria e a crise política instaurada no país causaram distúrbios e polarização nos diversos setores da sociedade. Em virtude destes problemas, o Plano Trienal, as Reformas de Base e o Plano Trienal de Educação não lograram êxito. De fato, a existência de uma polaridade nos diversos setores da sociedade atrapalhou o pleno crescimento do país, sobretudo porque existiam grupos despreocupados e desinteressados com a democratização e participação da população nos assuntos que dizem respeito ao crescimento do país. Os grupos contrários às pautas que beneficiaram a população, orbitavam em torno de seus próprios interesses, como os grupos da elite empresarial, latifundiários, os militares e outros grupos afins. Estes, que eram contrários ao estado democrático de direito, manipularam o congresso a fim de que leis fossem tramitadas e aprovadas em benefício próprio, longe de contemplar a população, o que cria um descompasso no desenvolvimento do país.

Nesse contexto, Bomeny (ANO?, s/p) analisa o diagnóstico da situação política, social, econômica, e especificamente educacional instalada no período da presidência de Jango, quando exhibe informações sobre o alto e alarmante índice de analfabetismo instalado no país, concentrada na faixa etária entre 15 e 69 anos, atingindo o percentual de 39,5%. Segundo a autora (BOMENY, ANO?, s/p), existiam três pontos que traduzem a atmosfera do governo Jango na área da educação: a discussão apaixonada com relação à escola pública; os programas de alfabetização de adultos pelos movimentos sociais; e os embates sobre a aprovação da LDB. Bomeny (2008) ressalta que:

[...]A discussão inflamada sobre a escola pública é, em verdade, a retomada da bandeira do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova que, na década de 1920, defendiam a democratização do acesso à educação e a montagem de um sistema de âmbito nacional que garantisse aos cidadãos o direito à escola pública, laica, obrigatória e gratuita. Essas preocupações são consubstanciadas em 1932, com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional. Portanto, quando em 1959, os educadores voltam à cena para lançar o segundo manifesto – "Uma vez mais convocados" – estão sintonizados com uma luta antiga, cujo eixo era, uma vez mais, o direito à escola pública, obrigatória, laica e gratuita. O debate, desta feita, ficou concentrado em duas lideranças nacionais: pelo lado da defesa da escola

pública, Darcy Ribeiro; em defesa da escola privada, o deputado Carlos Lacerda (BOMENY, ANO?, s/p).

Segundo fontes do Fórum Nacional de Educação (2011, p.9), no debate de planejamento educacional que elaboraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/61), havia dois focos de divergência, que inquietava o Congresso Nacional, que era o confronto entre os liberais e conservadores, entre privatistas e defensores da educação pública, entre ensino laico e religioso. O Deputado San Tiago Dantas, relator do projeto da LDB/61, voltou a associar Lei e Plano, argumentando que o planejamento da educação seria condição fundamental para o alcance dos objetivos educacionais previstos na lei, que apontavam, segundo o foco da época, para o desenvolvimento econômico e a democratização do país (idem). A citação abaixo mostra quando e como a LDB foi elaborada:

Em 20 de dezembro de 1961 seria aprovada a Lei nº 4.024, conhecida como primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu que os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino pelo art. 169 da Constituição de 1946, fossem distribuídos em Fundos para cada setor, atribuindo ao Conselho Federal de Educação a competência de elaborar o plano de aplicação de cada fundo, conforme o Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo. § 1º Com nove décimos dos recursos federais destinados à educação, serão constituídos, em parcelas iguais, o Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior. § 2º O Conselho Federal de Educação elaborará, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo. § 3º Os Estados, o Distrito Federal e os municípios, se deixarem de aplicar a percentagem prevista na Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino, não poderão solicitar auxílio da União para esse fim (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011, p.9).

Dorigão (2015, p.60) discorre que a partir da execução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961(Lei 4.024/61), que o PTE/63 foi aprovado no Conselho Nacional de Educação. Este plano tinha o objetivo de concretizar reformas significativas no âmbito educacional. No documento do Fórum Nacional de Educação (2011, p.10) explica que o Conselho Federal de Educação (CFE) foi criado pela LDB em substituição ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e instalado em 12 de fevereiro de 1962, sob a liderança de Anísio Teixeira, que era um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. O documento já citado mostra que Anísio Teixeira, na sessão do CFE de maio de 1962, apresentou o parecer intitulado “Bases para o Plano”, em que afirmava:

A primeira consideração a levar em conta neste trabalho é a de que a educação constitui serviço comum e solidário das três órbitas administrativas do país, sendo a ação do Governo Federal fundamentalmente supletiva e devendo, portanto, os planos a serem elaborados ter em vista os serviços dos Estados e

dos Municípios no campo da educação e ensino. Deste modo, os planos deverão visar, acima de tudo, a oferecer a oportunidade e indicar as formas pela qual os três governos possam coordenar os seus esforços para a consecução dos objetivos previstos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases. (...) Parece, assim, não poder sofrer dúvidas que o espírito da lei, ao criar os Fundos, foi o de dar base e viabilidade a um plano de assistência financeira aos Estados e aos Municípios para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos sistemas estaduais de educação, sem prejuízo das obrigações da União já anteriormente assumidas, especialmente quanto ao ensino superior (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1962. p.69 e 71)

Moreira (2011, p.33) explicita que no período do governo Jango, ocorreram outras importantes reformas econômicas no país, como a criação do Plano Trienal, que era composto por dois elementos básicos: o primeiro consistia em medidas de combate a crescente inflação, o que reverbera na retomada do crescimento econômico, e o segundo elemento consiste nas Reformas de base, as quais incluíam reformas no setor agrário, eleitoral, universitário, bancário, da legislação sobre o capital estrangeiro, urbano e a tributário. O que vale à pena explicar é que a reforma em determinado setor surtiria efeitos em outros setores, como o exemplo da reforma no setor bancário, “o qual estava voltada a criar condições para uma política financeira que incorpora para contenção do processo inflacionário” (MOREIRA, 2011, p.223). Se a reforma agrária fosse consumada, eliminaria as vantagens dos latifundiários (os donos de grandes terras), pois tanto Celso Furtado como Paulo Freire, eram conhecedores do coronelismo e do latifúndio existente na região do nordeste e que oprimiam os trabalhadores rurais e a população daquela região, por isso estes investiram na região com a criação da SUDENE (Celso Furtado) e Movimentos de educação popular (Paulo Freire), utilizando o método de alfabetização Paulo Freire, a fim de desarraigá-la a região do estigma de um povo marginalizado. Estes, senhores de grandes terras, preocupados com os seus próprios feudos, obtinham vantagens, o que colocava aquela região num estado de atraso em relação às outras, por isso, esta questão era considerada também como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento. É nesse sentido que Goulart tentou criar um Banco Rural, e cita que a “reforma bancária é exigida pela evolução do sistema financeiro, com a indispensável criação do Banco Central e, notadamente, do Banco Rural, que, no campo do crédito, irá contemplar as medidas de política econômica e social destinadas a erguer em bases sólidas o trabalho do homem de campo (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p.11).

No período do governo Jango ocorreram reformas econômicas, foram criados importantes planos políticos de cunho econômico, social, político e educacional, como o Plano Trienal, as Reformas de base e o Plano Trienal de Educação; no entanto não pode deixar de destacar a participação, nos debates da construção da LDBEN/61, dos ilustres intelectuais da

educação como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, dentre outros, os quais pleitearam em causa da escola pública e democrática. Em que pese controvérsias sobre os conflitos em prol da LDB, especialmente pelo lugar de Florestan Fernandes na luta pela LDB, muito mais acentuada do que a de Ribeiro, o grande embate educacional se deu em decorrência do substitutivo Lacerda que contemplava os setores privatistas, notadamente religiosos, e a perspectiva liberal conservadora que, afinal, ganharia nova escala com o golpe de 1964 (LEHER, 2012, p.8-10). Na ótica de Bomeny (ANO? p.s/n), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada no Congresso e promulgada em dezembro de 1961 por João Goulart, serviu também para ratificar o teor da emenda elaborada por Carlos Lacerda, segundo a qual deveria ser assegurado às famílias o direito de escolherem a melhor escola para seus filhos, fosse pública ou particular. Nessa perspectiva, a União deveria investir recursos financeiros não apenas nos estabelecimentos das redes públicas estaduais e municipais, mas àquelas escolas mantidas pela iniciativa privada, para compra, construção ou reforma de prédios escolares, instalações e equipamentos. Segundo Florestan Fernandes, o governo Jango não combateu o substitutivo Lacerda, uma vez que poderia ter vetado os seus piores aspectos, mas buscou uma difícil composição política com os privatistas. É a partir deste embate entre os defensores da escola pública e da retórica da escola privada, que surgem os movimentos em prol da educação, que fermentam o debate educacional na arena política e legislativa (LDBEN/1961), dando um tom no período histórico que Jango assumiu como presidente. Bomeny (2008) propugna que:

[...]A esquerda participou ativamente deste movimento, cabendo à União Nacional dos Estudantes (UNE) liderar grande parte do programa pedagógico, centrado na conscientização política e na mobilização social. Seu principal instrumento foram os Centros Populares de Cultura (CPCs), criados em 1961, com o intuito de levar teatro, cinema, artes plásticas, literatura e outros bens culturais ao povo. Também centrados nos mesmos objetivos de ampliar o universo cultural dos segmentos populares brasileiros, os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) receberam influência da esquerda cristã. De todos esses movimentos, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi o que esteve mais diretamente vinculado à Igreja Católica, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), embora mantido economicamente pelo governo federal. Iniciou seus trabalhos de alfabetização em 1961 e dirigiu-se igualmente às classes trabalhadoras, com o objetivo de ampliar o universo cultural e educacional de amplos segmentos da população (BOMENY, ANO? p.s/n).

Vale aqui citar os acontecimentos que marcaram a educação no governo de Jango segundo descreve Moreira (2011):

Aprovação da segunda LDB/1961; surgimento dos movimentos de educação popular com uma nova concepção de alfabetização de jovens e adultos como instrumento de emancipação popular e de promoção do desenvolvimento

nacional; MNCA (Movimento Nacional contra o analfabetismo) ampliação de vagas nas escolas primárias e educação de jovens e adultos; Plano Nacional de Alfabetização; I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em 1963, Recife - PE; Lançamento do Programa Nacional de Alfabetização com o Método Paulo Freire em 1964; Campanhas e Projetos como: MEB (Movimento de Educação de Base) 1961 CNBB (sistema de educação pelo rádio); CPC (Centro Popular de Cultura) 1963 -CPC UNE- estudantes, intelectuais e artistas - difusão da cultura e da filosofia; MCP (Movimento de Cultura Popular), que começou em 1960, em Pernambuco e se estendeu por muitos estados brasileiros com alfabetização e trabalhos culturais; Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler - Natal - RN - 1961- na rede escolar ampliação de salas - acampamentos durante o dia para ensino primário de crianças e a noite para jovens e adultos; CEPLAR na Paraíba; Sistema Paulo Freire, sistematização a partir de 1963 - formação humana do sujeito humano; Educação não formal realizado pelas entidades sindicais, associações, igrejas e etc; formação de professores - preparação de professores primários por meio de centro de treinamentos de professores leigos - MNCA (MOREIRA, 2019, p.300).

A citação acima capitula os movimentos populares que funcionavam no período do governo Jango. Estes movimentos foram difundidos por instrumentos de radiodifusão ou em rodas de conversas dialogadas seguindo a configuração daquele público. Cumpre aqui explicar que a ideia de educação de base surgiu na UNESCO, que segundo Fávero (1973, p.22) estimulou a realização de programas nacionais de educação de adultos. Fávero discorre sobre o sentido da Unesco idealizar programas nacionais de educação de base para o público já citado acima, e explica que esta ideia nasceu “na atmosfera ideológica peculiar dos primeiros tempos do pós-guerra, dos imperativos então prevaletentes, de paz e justiça social, que encontravam seus corolários educacionais no apelo à difusão de conhecimentos e atitudes favoráveis à elevação das condições de vida das regiões “atrasadas” e ao desenvolvimento de maior compreensão entre os povos de culturas diversas. Fávero (ibidem) explica sobre a importância de garantir para estes uma educação de base pelo menos em termos das necessidades individuais, levando em conta também as necessidades e os problemas da coletividade, assim como promovendo a busca de soluções para esses problemas através de métodos ativos.”

É importante explicar que o Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado dentro de uma lógica de ortodoxia pedagógica que contempla perspectivas da Igreja Católica vinculadas aos interesses do Estado. E é dentro de uma conjuntura histórica que este movimento se concretiza no campo social junto aos pobres e injustiçados (Ibidem, p.69). Palma Filho (2015) explica o objetivo da criação do MEB, sua função, as perspectivas regionais de atuação, as perspectivas de articulação entre a igreja católica e o Estado na citação abaixo:

Em 21 de março de 1961, o presidente Jânio Quadros institucionalizou os entendimentos que vinha mantendo com a Igreja Católica e, através do decreto federal nº 50.370, criou o Movimento de Educação de Base (MEB). Nesse caso, o rádio era o principal instrumento utilizado para atingir a

população. O MEB atuou principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A JUC (Juventude Universitária Católica) e a AP (Ação Popular) forneceram os principais quadros que vão atuar através do MEB. De acordo com Góes (1985), um dos documentos doutrinários mais importantes do MEB, que nos permite avaliar a filosofia de base do movimento, tem por título “Cultura popular: notas para estudo”. Trata-se de texto elaborado pela Equipe Nacional do movimento, resgatado e publicado pelo professor Fávero (1973), do qual Góes (1985) transcreve o seguinte trecho: No Brasil, há reconhecimento da situação por parte dos grupos culturalmente marginalizados. Não há, no entanto, plena consciência de todas as implicações dessa marginalização, no plano da pessoa humana. Há, por outro lado, grupos de pessoas – operários sindicalizados, camponeses politicamente organizados, estudantes, militantes políticos – para os quais o desnível se tornou consciente, obrigando-os a optar por uma ação transformadora dos padrões culturais, políticos, econômicos e sociais que o determinam. Dessa ação, resulta um conflito ideológico, já que os grupos dominantes (social, econômica, política e culturalmente) a ela opuseram seus interesses. Daí resulta que qualquer atitude frente à cultura popular é necessariamente situada no conflito ideológico. Cultura popular no Brasil não é um fenômeno neutro, indiferente; ao contrário, nasce do conflito e nele desemboca necessariamente. (PALMA FILHO, 2005, p. 8).

A filosofia de base do movimento se intitula como cultura popular dos povos estigmatizados e culturalmente marginalizados como os operários sindicalizados, os camponeses politicamente organizados, os estudantes, os militantes políticos etc. Trata-se de um projeto educativo de cunho religioso (católico) cujo paradigma adotado colabora para que as reformas de base fossem concretizadas no país, e assim, a parcela da população vulnerável, principalmente da região norte, centro-oeste e nordeste, fossem contempladas com um tipo de ensino conscientizador no combate à injustiça social e ao subdesenvolvimento. Fávero (1973) explica que:

o MEB, embora profissionalizado, foi também, junto com os demais movimentos de educação e cultura popular do período, um movimento jovem – tende a aderir camadas progressistas, no desejo de realizar a hegemonia de sua própria classe sobre o povo, aquela juventude aprendeu com o povo, na medida em que se comprometeu com ele. Encontro aí a passagem de uma prática social progressista, no fundo conservadora, para uma prática social transformadora, que se quis revolucionária (FÁVERO, 1973, p.10).

Vale a pena dizer que o movimento nas regiões já supracitadas utilizava instrumentos pedagógicos como o rádio. O Movimento de Educação de Base (MEB) que funcionava nesta época, ensinava os alunos a se conscientizar e se politizar diante dos problemas econômicos, políticos, como a questão do subdesenvolvimento, dependência, e outros problemas afins, os quais permeiam os indivíduos pertencentes ao país, e que atingem à população. Fávero (ibid, p.12) explica que o MEB “foi uma das manifestações concretas do deslocamento da Igreja em direção às classes populares”.

É importante explicar que, no início dos anos sessenta, a prefeitura de Recife decidiu instalar o MCP (Movimento de Cultura Popular) no local, e em 1962 determinou criar o Centro Popular de Cultura (CPC UNE) que ocorreu num contexto de amplo debate sobre arte e cultura revolucionárias. Cabe aqui descrever que este centro popular apresentava em seu arcabouço diretrizes que marcam o caráter da sua cultura e da educação. O CPC UNE trabalhou em função das classes sociais mais desfavorecidas e vulneráveis, pelo fato do difícil acesso a esta educação formal, a qual é outorgada e voltada à elite e formatada aos moldes dos interesses da elite, e, por conseguinte, inacessível à massa populacional. Ainda de acordo com as análises feitas pelo autor, o CPC UNE se tornou uma ameaça à elite, aos interesses dos Estados Unidos, dos militares, à Igreja Católica, dentre outros grupos, o que posteriormente ocasionou a sua extinção, pelo golpe militar de 1964. O CPC foi extinto, apenas por este trilhar caminhos que andavam, de certa forma, na contramão dos interesses orgânicos das classes contrárias à democracia (FÁVERO, 1973, p.82).

Fávero ainda explica que à época estes cursos (dos movimentos populares) colocavam as professoras, que atuavam no meio rural, a fim de que estas zelassem pela manutenção da segurança nacional, que em linhas gerais significa, cooperar incondicionalmente por uma política de contenção; cujas ordens expressas eram oriundas do país hegemônico que lutava contra a difusão do comunismo, que nas palavras de Fávero significa ser “[...]totalmente manipulada contra o “inimigo comunista” (ibid, p.24). Ademais, ainda descreve que a CNBB justificava a necessidade de dar uma atenção maior ao meio rural, e esta necessidade se apoiava numa ideia de opor-se à expansão do comunismo no campo” (ibidem, p.41), o que descaracteriza o objetivo de expandir a educação popular de forma consciente, crítica, revolucionária, no combate ao subdesenvolvimento destas regiões menos favorecidas, e ainda descaracteriza todo o slogan de justiça social, conscientização e emancipação popular. Este ato reverbera no combate, de forma subjetiva, aos centros de cultura popular, e aniquila com todo o compromisso assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para uma ação política (ibidem, p.51).

Outra política educacional no governo Jango foi o Plano Trienal de Educação (PTE/63), que teve a participação de Anísio Teixeira como relator, foi elaborado e planejado para o triênio 1963-1965, logo após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Um dos objetivos do plano era arrecadar recursos públicos a fim de investir em educação, além de concretizar significativas mudanças em cada etapa de ensino, seja no ensino primário, secundário, no atual ensino médio e universitário. As diretrizes do plano enfatizam a necessidade de ampliar o número de matrículas em todas as etapas de ensino, desde o ensino

primário até a pós graduação; de investir no ensino emendativo (cegos e surdos), ou seja, na educação especial; de investir na formação e aperfeiçoamento do cargo de magistério, de conduzir e destinar o investimento de verbas públicas em manutenção, instalação de equipamentos, construção de escolas e obras nas escolas públicas, e ainda consistia no pré-investimento para aperfeiçoamento do fator humano (PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO, 1963, p.5-51). Neto (2011, p.2-15) explica algumas diretrizes do Plano Trienal de Educação de 1963 que está diretamente interligado à LDBEN/1961:

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em fase inicial de aplicação, tornou-se possível a coordenação dos esforços federais, estaduais e municipais, nos termos do plano nacional de educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministro da Educação e aprovado pelo Conselho de Ministros. O programa delineado apresenta a indicação das linhas pelas quais a União irá colaborar com os Estados e os Municípios no grande esforço comum para atingir certos objetivos mínimos, dentro dos próximos três anos. Esse esforço deverá ser continuado nos cinco anos seguintes, para a conquista das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Se os recursos previstos para o programa se tornarem disponíveis, deveremos chegar, em 1965, à condição de oferecer seis anos de educação primária a todos os brasileiros de zona urbana, na faixa de educação compulsória. Na zona rural, deveremos chegar à escolaridade média de quatro anos. O Ministério da Educação e Cultura tem o dever de influir de modo decisivo, prioritário e imediato, através de suas Universidades, Escolas Superiores e Institutos de Ensino Técnico, no desenvolvimento científico e no ensino de ciências. O aumento considerável do número de cientistas e técnicos qualificados constitui, sem a menor dúvida, a necessidade primordial das disciplinas de ciências básicas nas Escolas Superiores e nos diferentes estabelecimentos de pesquisas fundamental e aplicada. Para que a atuação do Ministério da Educação e Cultura se faça sentir de maneira objetiva e com a intensidade desejável, no sentido de sanar os inconvenientes responsáveis pela deficiência em pessoal científico e técnico, impõe-se a criação de um programa especial de incentivo ao desenvolvimento científico, que deverá ficar, até a reforma do MEC, a cargo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. A renovação e ampliação dos quadros docentes nas Escolas Superiores somente poderá ser conseguida com o concurso de pesquisadores existentes nos mais variados trabalhos (NETO, 2015, p.2-15).

A crise no país ainda era crescente, apesar do esforço de Jango e de sua equipe ministerial em implantar planos e reformas em prol do desenvolvimento nacional. As Reformas de Base eram consideradas uma ameaça aos interesses dos empresários, banqueiros, grandes proprietários de terras etc. Toledo (1983, p.26) ainda explica que “na cronologia do golpe de 64, esta reunião da UDN teve um papel decisivo: nela, ilustres figuras do partido defenderam a intervenção das Forças Armadas e dos EUA a fim de porem termo ao “comunismo legal” de Goulart”. Toledo (ibidem, p.35) ainda corrobora que “de um lado, estariam os trabalhadores urbanos e rurais, os soldados, os estudantes; de outro, os empresários que deveriam moderar,

provisoriamente, o apetite por lucros crescentes (TOLEDO, 1983, p.21), os militares, a igreja e etc”. Os militares capitanearam uma significativa mobilização política congregando as classes dominantes, uma parcela de setores das classes médias, a Igreja, empresários a fim de instaurar e consagrar uma nova ordem político-institucional no país, que desencadeou no Golpe de 64. Toledo (ibidem, p.2) ainda explica que três anos depois de Jango ser empossado como presidente, contando o tempo que ocupou o cargo sob o regime parlamentarista, se formou uma forte coesão ideológica no seio das Forças Armadas. Assim, as classes populares pagariam um alto preço devido a resistência dos golpistas de 64. Estes grupos eram contrários aos certames da reforma já citada, e é com base nessa proposição que Daniel Aarão Reis Filho faz uma reflexão sobre os reais motivos dessas forças pleitearem para que o Golpe de 64 fosse concretizado. Reis Filho (2001) explica que:

[...]a reforma agrária, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; a reforma urbana, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; a reforma tributária, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; a reforma eleitoral, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa; a reforma bancária, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critério social e nacionalmente orientados; a reforma do estatuto do capital estrangeiro, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; a reforma universitária, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais (REIS FILHO, 2001, p.330).

Em virtude das crises desencadeadas no país, a falta de apoio político no Congresso Nacional, dos altos índices inflacionários e de outras demandas prementes, Jango criou o 13º salário a fim de atender as reivindicações trabalhistas. No contexto em que o golpe estava sendo abertamente preparado, Jango participou do conhecido comício popular na Central do Brasil, no Rio de Janeiro convocado pelos sindicatos, reunindo uma multidão. Em seu discurso, Jango afirmou que levaria adiante o processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, encampação de refinarias e defenderia uma nova carta constitucional que acabasse com as estruturas arcaicas da sociedade brasileira. A direita golpista intensificou suas iniciativas políticas para acelerar a deposição de João Goulart: seis dias depois, os grupos de oposição de São Paulo lideraram uma passeata que, segundo os organizadores, reuniu mais de 300 mil pessoas (marcha pela família). Este grupo além de organizar o Golpe de 64, com os referidos setores já supracitados, combateu as políticas democráticas que alcançariam as camadas mais vulneráveis da população em função de interesses próprios. D’Araújo (1994) explica que:

A opinião militar dominante define o golpe como um resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação. Essa visão se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também as forças econômicas multinacionais. (D'ARAÚJO, 1994, p.16).

No dia 31 de março de 1964, as tropas do Exército ocuparam as ruas das principais cidades do país. Com a vitória do Golpe militar de 1964, João Goulart foi deposto e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, sendo exilado no Uruguai (Extraído do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. 2001, s/p). Leher ainda explica que:

O corolário dessa forma de interpretação da realidade brasileira é que as frações burguesas locais dominantes, por terem se associado às frações burguesas hegemônicas, no contexto do capitalismo monopolista, não podem empolgar projetos capazes de configurar uma revolução burguesa clássica, anti-imperialista, para assegurar um projeto de nação autopropelido. Ao se adequarem às relações de classes características do capitalismo dependente, os setores dominantes, conforme Fernandes (2008), naturalizaram o modus operandi da repressão, da cooptação e do constrangimento sobre os trabalhadores para que estes se conformem com elevados níveis de exploração do trabalho e com direitos sociais minimalistas (LEHER, 2012, p.1161).

Delgado (2009, p.126) afirma que Jango, em seu governo, tentou efetivar a democracia social, política, econômica e educacional no Brasil com uma “orientação governamental considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista que trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam”, razão pela qual uniram-se a fim de desestabilizar o governo. Há, a tendência de fato, da história recitar a narrativa de que Jango foi destituído como presidente pelo golpe de 64 porque não logrou êxito como presidente. No entanto, conforme pesquisado, a versão que prova que o golpe de 64 ocorreu pelo fato de existirem, no seio da sociedade, grupos orgânicos que comungavam a ideologia e lógica capitalista, e que congregavam diversos grupos com objetivos, motivos e interesses congruentes; grupos estes, pertencentes às Forças Armadas, a elite, a Igreja Católica, conservadores, incluindo a influência norte americana neste corolário. Mattos (2008, p.249) confirma este fato quando diz que “existiam grupos orgânicos que construíram redes de reciprocidade articulando setores das classes dominantes e militares, resultando no golpe de 1964, e este golpe foi movido pela ação organizada do grande capital nacional e associado, com apoio militar e da política externa dos Estados Unidos”. O autor ainda encerra seu discurso afirmando que a postura dos Estados Unidos é paradoxal, pois em tese, se diziam defensores da democracia; mas que na prática, não hesitaram em apoiar golpes militares. Todos estes

aspectos contribuíram o que culminou no Golpe 64 (DELGADO, 2009, p.126). No próximo capítulo será analisada a atuação dos intelectuais nas reformas educacionais da era Jango e a relação que estes estabelecem entre a educação e o desenvolvimento nacional.

CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DO GOVERNO DE JANGO

No período do governo do presidente João Goulart há a constatação, segundo discorre Santos (2019), da atuação de referências e expoentes intelectuais nos setores do governo, da economia e principalmente na área educacional como: Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Anísio Teixeira (SANTOS, 2019, p.2). Santos (ibid, p.2-4) explica que esses intelectuais marcaram suas presenças num dado momento histórico em que se evoca uma política com ideias e projetos de grande envergadura que visam a promoção do desenvolvimento nacional. Estes intelectuais desempenham avultado papel, em outros períodos, mas, principalmente, no período do governo de Jango, no qual observa-se convergência de propósitos cujo objetivo é o desenvolvimento do país através da educação. Este pensamento doutrinário e ideológico tinha como base a influência de duas instituições: a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cuja atuação regional era na América

Latina e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que atuava em território nacional. Estes intelectuais, que atuaram no governo de Jango, formularam possibilidades de fomento no desenvolvimento nacional, por meio de prerrogativas constitucionais, reformas (Reforma de Base) e planos (Plano Trienal e Plano Trienal de Educação) arquitetados por Celso Furtado, além da participação no CFE, CNE, no PNE e nos debates da LDB com o protagonismo de: Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Segundo Santos (2019, p.8), em 1959, foi publicado o manifesto ‘Mais uma vez convocados’, assinado por intelectuais das mais variadas concepções políticas, no qual se confrontavam duas correntes na arena educacional: os signatários que defendiam a escola pública universal, e os privatistas, que por sua vez, atuavam no sentido de defender o financiamento público das instituições privadas. Nesse manifesto, o que se observa é que a defesa da escola pública se fundamenta no ideário do nacional-desenvolvimentismo, que era a função estratégica do Estado, na qual a educação interage com o desenvolvimento econômico.

O objetivo era de construir um projeto de nação que vincula a educação ao processo desenvolvimentista, da mesma forma que desvincula o país de uma posição de dependência tecnológica, científica, financeira e internacional. Este projeto tem a finalidade de vincular a educação ao crescimento do mercado interno, da tecnologia e da ciência, o que reverbera na possibilidade de se construir uma civilização latino-americana autônoma. Para estes intelectuais, a educação desempenharia papel fundamental no desenvolvimento do país, por isso, é importante compreender como estes exerceram grande influência no governo de Jango, com seus projetos e ideias de desenvolvimentismo na educação brasileira, em seu planejamento educacional na década de 60, no Plano Nacional de Educação de 1962 e no Plano Trienal de 1963. Santos cita que:

[...]A importância de discutir as redes de reciprocidade, de construção dos planos educacionais uniu a trajetória de Furtado às de Darcy e Anísio Teixeira a partir da construção de suas ideias, num tempo histórico singular na república brasileira, no ambiente de reformas educacionais e nos embates que perpassam a aprovação da lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962, ambos na gestão do presidente João Goulart (SANTOS, 2019, p.6).

Cabe aqui destacar que é de suma importância explicar que a política desenvolvimentista (de Industrialização por Substituição das Importações) surgiu no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de incentivar a criação de empresas nacionais e o fortalecimento de indústrias brasileiras, que geraria a melhoria nas condições de vida de toda a população, buscando superar a dependência comercial, industrial, tecnológica e financeira, considerado um dos principais entraves ao desenvolvimento do país. Da mesma forma, João

Goulart e os expoentes descritos acima, trouxeram à baila este projeto desenvolvimentista iniciado por Vargas, com viés social e econômico, que se concretiza com uma nova roupagem no governo Jango. Um objetivo do desenvolvimentismo foi de criar um mercado interno forte em estreita conexão com a educação, a ciência e a tecnologia.

Cabe aqui explicitar que o contexto econômico e social da época, em ambos os governos, de Getúlio Vargas e João Goulart, era de uma sociedade, em que grande parcela da população vivia no campo, com aceleradas migrações para o meio urbano, o que subentende que a atividade produtiva se baseia na agro exportação. Como apontado, neste período, com o incentivo do fortalecimento do mercado interno e da industrialização, grande percentual da população está se deslocando do campo para as áreas urbanas para atender às indústrias (e para fugir da grande seca e do desalento da vida rural em grande parte do país, sobretudo no Nordeste), o que significa uma transição da massa populacional do setor agroexportador para as indústrias, devido à maior demanda e valorização em confeccionar estes produtos manufaturados e industrializados. O nacional-desenvolvimentismo priorizou a industrialização do país com a forte participação do Estado.

Em relação à atuação dos expoentes na educação, é importante sublinhar que o presidente João Goulart, antes do Golpe Militar de 1964, planejava lograr também Reformas de Base que incluíam a reforma eleitoral, agrícola e educacional, que está dentro do Plano Trienal, não esquecendo de citar o Plano Trienal de Educação, este tão importante no que tange à melhoria nas condições educacionais em relação à valorização do magistério, reformas nas escolas, repasses públicos direcionados à educação, dentre outras reformas. O trecho citado abaixo destaca que em 16 de Julho de 1963, o governo federal no período do presidente Jango deu um grande passo em prol da educação quando lançou a Campanha Nacional de Alfabetização sob a coordenação de Paulo Freire através da Comissão de Cultura Popular. Alonso (2019) explica que o objetivo da campanha:

[...]era disseminar pelo território nacional o método Paulo Freire, desenvolvido pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco, testado em vários estados do Nordeste e levado ao Rio, São Paulo e Brasília pelo Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE). O governo Jango foi atraído pelos impressionantes resultados obtidos pela Pedagogia do Oprimido — como Freire designou o seu método — nas experiências de Angicos e Mossoró (RN) e João Pessoa (PB). Em Angicos, 300 trabalhadores foram alfabetizados em 45 dias. Na presidência da CCP, Freire prepararia as bases de um amplo programa nacional, fazendo o levantamento do número e da localização dos analfabetos — 20,4 milhões de pessoas entre 15 e 45 anos em todo o território nacional[...] (ALONSO, 2019, s/p).

Segundo o mesmo autor (ALONSO, 2019, s/p), dois meses antes do golpe empresarial-militar se instaurar no país, Jango anunciou o início do Programa Nacional de Alfabetização fundamentado nas ideias de Paulo Freire. Santos cita abaixo a importância que representou Paulo Freire no governo Jango quando diz que:

“[...]A experiência de Paulo Freire no governo João Goulart, de julho de 1963 até a imposição do regime civil-militar em março de 1964, quando aceitou o convite do ministro da Educação Paulo de Tarso Santos para presidir a Comissão Nacional de Cultura Popular, marcou a presença do educador popular que já se consolidava como um nome nacional a favor da alfabetização de jovens e adultos. Essa comissão, subordinada ao MEC, teria a incumbência de elaborar e implantar o Plano Nacional de Alfabetização com base no projeto popular de educação ocorrido em Angicos, Pernambuco[...] (SANTOS, 2019, p.10).

Em convergência com as citações acima, cabe aqui explicar que segundo as estatísticas do IBGE da época, em 1961, foi constatado que o percentual de analfabetos no país era alarmante, o qual atingiu altos índices, fator este preocupante, o que levou Jango a adotar a política de ampliação e universalização da educação, com vistas a promover à maior parte ou toda da população, o acesso à educação, ao voto, dentre outros direitos outorgados ao povo, o que materializa a promoção da dignidade cidadã e concretiza a justiça social no país. É nesse solo que Paulo Freire trabalhou conjuntamente com Jango a fim de tornar acessível a educação. Para tanto, Freire preocupou-se em criar uma fórmula de ensino distinta da tradicional a fim abarcar a maior parte da população com um método de ensino diferenciado e mais aproximado deste público.

Faria (2012, p.3) analisa que, segundo a Constituição que estava em vigor à época, a condição primária para a participação nas eleições era ser alfabetizado. Ora, se quase 40% da população do Brasil era analfabeta, conclui-se que esta parcela da população era excluída de votar nas eleições nos seus representantes, como os alunos de Paulo Freire de Angicos (RN) assinalam que apenas votavam comandados por seus chefes, apesar de não saberem nem ler e nem escrever. É nesse contexto que os movimentos de alfabetização de Jovens e Adultos ganham destaque. Bomeny cita que o método de alfabetização de Paulo Freire em adultos ficou conhecido por:

[...]combinar conquistas da teoria da comunicação, da psicologia e da didática, por não utilizar as tradicionais cartilhas e por defender a necessidade de se produzir o material para o ensino a partir da fala de cada grupo de analfabetos. O sucesso obtido pelo método nas primeiras experiências desenvolvidas em Recife, no âmbito do Movimento de Cultura Popular (MCP), propiciou sua difusão. Em 1963, foi utilizado em Angicos e Natal (RN), Osasco (SP) e em Brasília[...] (BOMENY, ANO?, s/p).

Vale aqui salientar que, de acordo com o mesmo autor (SANTOS, 2019, p.2), tanto Paulo Freire, como os outros intelectuais como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira em sintonia com o economista Celso Furtado, desempenharam papel preponderante como precursores, formuladores e implementadores de políticas públicas e mecanismos legais em prol da universalização da educação laica, pública, obrigatória, de qualidade e gratuita. No próximo subitem, se discorrerá sobre a importante atuação de cada um destes expoentes supracitados na política do período Jango.

3.1 - Paulo Freire - intelectual e expoente implementador da Política educacional no governo Jango

Primeiramente, antes de discorrer sobre o importante papel desempenhado por Paulo Freire, conhecido como um ilustre educador, protagonista dos movimentos de educação popular, do Plano Nacional de Alfabetização e do Método de alfabetização Paulo Freire; se faz necessário tecer uma breve narração sobre a trajetória desse intelectual que atuou no governo de João Goulart.

Segundo está registrado no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2001, s/p), Paulo Freire nasceu em 1921, em Recife (PE). Apesar de formar-se em Direito, trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI) no período de 1947 a 1954, no cargo de diretor do Setor de Educação e Cultura; posteriormente assumiu o cargo de superintendente desta referida instituição, lugar em que ocorreu o seu primeiro diálogo com a educação de jovens e adultos. De acordo com esta mesma fonte (Dicionário Biográfico Brasileiro - 2001, s/p), Paulo Freire, em 1956, foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Educação de Recife; em 1960 foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular de Recife; tornou-se diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura de Pernambuco; atuou na Universidade de Recife, no Serviço de Extensão Cultural, assessorando governos do Nordeste na implantação de programas de alfabetização e lecionou Filosofia na Escola de Belas Artes da UFPE (Extraído do Dicionário Biográfico Brasileiro 2001, s/p). É salutar destacar a brilhante e louvável atuação de Paulo Freire no governo Jango, pois além ser responsável pela criação do Programa Nacional de Alfabetização, em Brasília; atuou como um grande educador e criador da metodologia de ensino que aplicou em Angicos e em diversos lugares, feito este que nunca deve ser esquecido nas futuras gerações. Freire discorre que, a princípio, seria necessário conhecer o universo vocabular do grupo, e utilizava vocábulos ligados à experiência existencial do grupo, de que o profissional é parte (FREIRE, 1963, p.12), Freire explica a

dinâmica de aplicabilidade e o resultado surpreendente de seu método de ensino nomeado como Método de Alfabetização Paulo Freire no Movimento de Cultura Popular no Recife e em outros Círculos de Cultura. Freire narra que:

Foram as nossas mais recentes experiências, de dois anos no Movimento de Cultura Popular do Recife, que nos levaram ao amadurecimento de posições e convicções que vínhamos tendo e alimentando desde quando, jovem ainda, iniciamos os nossos contatos com os proletários, e sub-proletários, como educador. Naquele movimento, coordenávamos o projeto de Educação de Adultos, através do qual lançamos duas instituições básicas de educação e cultura popular - o Círculo de Cultura e o Centro de Cultura. Na primeira, que aqui nos interessa, instituímos debates de grupo, ora em busca do esclarecimento de situações problemáticas, ora em busca da ação mesma decorrente do esclarecimento das situações. A programação desses debates nos era dada pelos próprios grupos através de diálogos que mantínhamos com eles e de que resultava a enumeração de problemas que gostariam de debater. Nacionalismo, Remessa de Lucros para o estrangeiro, Evolução Política do Brasil, Desenvolvimento, uma Política para o desenvolvimento, Analfabetismo, Voto para o analfabeto, Socialismo, Comunismo, “direitismo, SUDENE, Democracia, Ligas Camponesas, eram entre outros, temas que se repetiam de grupo em grupo[...] e apresentados em forma dialógica aos grupos. Os resultados eram surpreendentes (FREIRE, 1963, p.7).

Nesse prisma, Bomeny (ANO?, s/p) discorre que um dos personagens da educação de grande destaque e expressão no período do presidente João Goulart foi o educador Paulo Freire. A educação de Paulo Freire está diretamente ancorada na alfabetização de jovens e adultos, que segundo Bomeny (ANO?, s/p): “[...]trata-se da expressão exemplar da crença no poder libertador pela consciência e pelo conhecimento que percorreu o Brasil e toda a América Latina[...]”. Saviani (2001) ainda contribui com a rica citação onde explica que:

[...]É lícito, pois, afirmar que sob a égide da concepção humanista moderna de filosofia da educação acabou por surgir também uma espécie de “escola nova popular”, como um outro aspecto do processo mais amplo de renovação da pedagogia católica que manteve afinidades com a corrente denominada “teologia da libertação”. Esse último aspecto levou a uma radicalização político-social da pedagogia católica brasileira que, instada pela “opção preferencial pelos pobres” definida nas conferências episcopais latino-americanas de Medellín (Colômbia) e de Puebla (México), busca formas de engajamento nos processos de desenvolvimento e libertação da população oprimida. Assim, no mesmo momento em que na passagem da década de 50 para a década de 60 entrava na reta final a tramitação da LDB, emergia, impulsionada pelo arejamento propiciado pelo Concílio Vaticano II, realizado entre 1959 e 1965, uma parcela do movimento católico que buscava a formulação de “uma ideologia revolucionária inspirada no Cristianismo. A proposta contra-hegemônica que emerge na década de 1960 é a concepção pedagógica libertadora formulada por Paulo Freire. Essa proposta suscita um método pedagógico que tem como ponto de partida a vivência da situação popular (1º passo), de modo que identifique seus principais problemas e opere a escolha dos “temas geradores” (2º passo), cuja problematização (3º passo) levaria à conscientização (4º passo) que, por sua vez, redundaria na ação social e política (5º passo). (SAVIANI, 2011, p.106-115).

Para Paulo Freire, a educação era o instrumento mais eficaz para difundir a ideia de que o homem não deveria se contentar com a condição de objeto da história, pois sua vocação era ser sujeito, ou seja, era um esforço de conscientização pela educação que o método Paulo Freire pretendeu universalizar. Santos ainda cita a explicação de Paiva a respeito da origem da linhagem intelectual de Paulo Freire e de sua pedagogia:

[...]Ao examinar a linhagem intelectual freiriana, Paiva observou um movimento ambíguo, ora marcadamente articulado com o nacionalismo-desenvolvimentista, ora plasmando-se em forte base popular, uma construção de um ‘consenso humanista e democrático’ entre o ‘dirigismo e o não dirigismo pedagógico’ de suas teses sobre a educação e, em especial, a alfabetização de adultos. Em Paulo Freire, observam-se as ramificações de um conjunto de conceitos, visões de mundo, percepções sobre a existência humana – variações do pós-guerra. O Concílio Vaticano II e as orientações do papa João XXIII, contidas principalmente na encíclica *Mater et Magistra*, que apresentava a revisão da doutrina social da Igreja, foram associados à pedagogia de Freire (PAIVA apud SANTOS, 2019, p.7).

Além de Paulo Freire assumir o cargo de coordenador do Programa Nacional de Alfabetização em 1964, este grande educador traz à voga, na área educacional, um método de ensino distinto do tradicional, que substituiu as cartilhas e livros-textos, tão utilizados nas escolas, por um trabalho pedagógico com palavras geradoras, extraídas da linguagem corrente dos grupos locais e com a ênfase na relação dialógica com as experiências de vida dos professores, estudantes e familiares (FARIA, 2012, p.5). Nesta citação abaixo, Faria (2012), explicita que o Método Paulo Freire consiste em:

O Método Paulo Freire era calcado na alfabetização através da vivência do educando, dessa forma, aprender a ler com as “palavras geradoras” possuía nexo para os alfabetizandos, e, por isso, era mais rápido e consciente. Palavras como: casa, tijolo e trabalho possuíam mais significância na vida daqueles alunos-trabalhadores do que “Ivo viu a uva” das cartilhas empregadas anteriormente. Além disso, o método não visava só alfabetização. O objetivo era ressignificar a educação de jovens e adultos, respeitando a sua cultura e história, trazendo para sala de aula, para os “círculos de cultura”, todo o universo social de “leitura de mundo” desses educandos, contribuindo, assim, para um “pensar crítico”. A alfabetização, com o Método, tornar-se-ia consciente. (FARIA, 2012, p.5).

Com isso, Paulo Freire propôs trazer a leitura e a escrita para o universo mais pessoal de cada educando, tendo como objetivo a apropriação crítica das suas reais condições de vida. Sua proposta de Educação Popular se baseia na ideia de que o conhecimento era emancipador. A educação do povo abriria caminhos para luta social contra as desigualdades culturais e econômicas, pois os pobres liberariam suas capacidades políticas mais criativas através do

conhecimento, e assim, se tornaria um sujeito histórico. Paulo Freire (1963, p.4) discorre que a “[...] Democratização fundamental (...) implica em uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico[...]”. Paulo Freire, neste trecho, coloca que, outrora, o papel da população na sociedade era inexistente ou ínfima, mas que na democracia há a importância do povo assumir um papel participativo em assuntos concernentes aos interesses do país. Paulo Freire incita o aluno a desenvolver uma leitura consciente e crítica, que leva as pessoas a questionarem a natureza da sua situação social, e elas passam a se ver como sujeitos na construção de uma sociedade realmente democrática. Freire (ibidem, p.3-4), em sua obra *“Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo”: Estudos Universitários* cita que “a passagem de uma para a outra época se caracteriza por fortes contradições que se aprofundam com o choque entre valores emergentes em busca de afirmação, de plenificação, e valores do ontem em busca de preservação”, ou seja, aqui o autor faz alusão ao contexto de contradições e embates vividos na sociedade brasileira no governo de Jango. Freire ainda criticou a situação caótica que o país estava enfrentando, e mostrou que a condição para o país se desarraigar da crise seria educar o povo para transformações nos planos político, econômico, social e educacional. Freire também se refere às propostas desenvolvimentistas que deveriam ser concretizadas no governo Jango, os quais trariam mudanças necessárias no país. No entanto explica que estas propostas de desenvolvimento do país; por um lado, logrou imediata aceitação das camadas mais progressistas da população, mas por outro lado, criou grande descontentamento das forças conservadoras, as quais não aceitavam mudanças, movidos por interesses próprios, o que perpetua com a estagnação do país. E é a partir desse ponto que Paulo Freire (1963) faz o seguinte comentário:

Daí não ser possível ao educador - hoje mais do que ontem - discutir o seu tema específico, desmembrando do tecido geral do novo clima cultural que se instala[...]E que temas e que tarefas teriam sido esvaziados na sociedade brasileira, de que decorressem a superação de uma época e a passagem para outra? Todos os temas e todas as tarefas características de uma sociedade fechada. A nossa preocupação hoje - de resto difícil - será a captação de novos anseios que, consubstanciando-se, nos levarão a uma sociedade aberta e, distorcendo-se, poderão levar-nos a uma sociedade de massas em que, descritizado, quedaria ao homem acomodado e domesticado. A educação, por isso, no trânsito que vivemos, se faz uma tarefa altamente importante. A instrumentalidade decorrerá sobretudo da capacidade que tenhamos de nos integrar com o trânsito mesmo. Dependerá se distinguirmos lucidamente - no trânsito - o que esteja nele mas não seja dele, do que, seja realmente dele. estando nele, seja realmente dele[...]. O ponto de partida do nosso trânsito foi exatamente aquela sociedade fechada, a que nos referimos. Sociedade escravocrata, com o centro de decisão de sua economia e de sua cultura fora dela. Economia por isso mesmo comandada por um mercado externo e não por um interno que não havia. Reflexa na sua economia. Reflexa na sua cultura. Por isso, alienada. Objeto e não sujeito. Sem povo. Antidialógico,

dificultando a mobilidade social vertical ascendente. Sem vida urbana ou com precária vida urbana. Com alarmantes índices de analfabetismo. Atrasada. Comandada por uma elite superposta ao seu mundo ao invés de com ele integrada. Esta sociedade rachou-se. A rachadura ocorreu da perda de equilíbrio que mantinha o sistema de forças da sociedade fechada. As alterações econômicas, mais fortes neste século passado, com as inicialmente indecisas “substituição de importações” foram decisivos do processo de abertura de nossa sociedade (FREIRE, 1963, p.3-4).

Neste trecho, Freire faz uma análise do embate presente no governo Jango, além de mencionar os distintos comportamentos dos grupos dirigentes, contrários às transformações nas esferas política, econômica, social e educacional, por se moverem por interesses próprios, não importando-se em atender à população em suas reais necessidades, principalmente porque respeitavam os comandos advindos de uma das grandes potências hegemônicas em disputa no palco internacional. Ao passo que os favoráveis às mudanças nas esferas já citadas, eram os proletários, trabalhadores, estes esperançosos por um mundo menos desigual e mais justo no porvir. Paulo Freire, Jango e outros educadores da época, pretendiam engendrar mudanças no país, incluindo a classe trabalhadora neste palco de mudanças, propondo políticas voltadas a atender e garantir direitos a todos os cidadãos, sem excluir a classe trabalhadora; por isso, propuseram políticas voltadas a atender a população. É nesse sentido que Paulo Freire dá à educação sua devida importância, sobretudo, porque esta tem a função de instruir o sujeito de forma consciente e crítica. Paulo Freire discorre sobre a preocupação em relação à instrução da população, haja vista que havia, segundo dados do IBGE, um alto índice de analfabetismo que destituiu o povo do papel de cidadão; pois se a população é alfabetizada, esta se torna sujeito consciente e crítico, e é a partir deste momento que há a exigibilidade de seus direitos como cidadão. Por isso Paulo Freire (ibidem, p.6) diz que: “Preocupados com a questão da democratização da cultura dentro do quadro geral da democratização fundamental, tínhamos necessariamente de dar atenção especial aos déficits quantitativos e qualitativos de nossa educação, estes déficits realmente alarmantes constituem óbices ao desenvolvimento do país.” Freire ainda faz críticas aos grupos contrários às transformações, que evitam o diálogo entre as partes, diálogo este, que permitiria chegar a um consenso para o bem maior. Estes, de fato, levam o país a um estado de estagnação, o que aprofunda a crise em diversos âmbitos; por isso Freire conclama que os favoráveis lutem por um país mais desenvolvido e justo.

Faria (2012, p.6) discorre que em 1963, o ministro da educação e cultura do governo de Jango, Paulo de Tarso, instituiu uma Comissão de Cultura Popular, “com objetivo de implantar, em âmbito nacional, novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelo benefício da educação” (PORTARIA

MINISTERIAL nº195 de 18/06/1963). E cabe aqui dizer que Tarso nomeou como presidente da Comissão de Cultura Popular, Paulo Freire, este que teve a incumbência de “elaborar um Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil do sistema de alfabetização experimentado com sucesso em Angicos”, baseado, então, no Método Paulo Freire. (ibidem, p.6). A perspectiva do governo era criar mecanismos legais de alfabetização e concretizar de fato este acesso à população sem instrução, o que demonstra como o governo estava disposto a viabilizar a alfabetização, conscientização e cultura para todos. Faria (ibidem) ainda cita que no dia 21 de janeiro de 1964, tornou-se oficial a criação do Programa Nacional de Alfabetização, através do Decreto nº 53.465 onde estabelece que:

O Presidente da República, no uso das atribuições constante do artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e, considerando a necessidade de um esforço nacional concentrado para eliminação do analfabetismo; esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional; considerando que urge conclamar e unir tôdas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem; considerando que o Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido, decreta: **Art. 1º**Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura. **Art. 2º**Para execução do Programa Nacional de Alfabetização, nos termos do artigo anterior, o Ministro da Educação e Cultura constituirá uma Comissão Especial e tomará todas as providências necessárias. **Art. 3º** O Ministério da Educação e Cultura escolherá duas áreas no Território Nacional para início da operação do Programa de que trata o presente Decreto. **Art. 4º** A Comissão do Programa Nacional de Alfabetização convocará e utilizará a cooperação e os serviços de:agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis.

(Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964)

O método Paulo Freire serviria para viabilizar a alfabetização de mais de cinco milhões de pessoas no período do governo Jango. É importante explicar que a Constituição de 1946 instituiu que a condição primária para os cidadãos participarem das eleições, seria ser alfabetizado; o que em linhas gerais significa que o direito ao voto foi proibido aos analfabetos; ou seja, esta parcela da população estava excluída de eleger seus representantes; sem contar que havia a manipulação de votos narrado pelos alunos de Angicos a Paulo Freire. É nesse sentido que Jango pretendia alfabetizar a população, utilizando o método de alfabetização de Paulo Freire, a fim de alcançar a maior parcela da população, que além de conceder o direito à educação, lhes garantiria, através de dispositivos legais, o direito ao voto. Este direito ao voto permitiria que se avançasse na pauta nacional-desenvolvimentista, posto que era necessário

ampliar o eleitorado popular e, ainda, educar politicamente o eleitorado para a cidadania política. Paulo Freire explica que: “[...]há também, por outro lado, como contradição à presença, crescentemente a participação do povo o nucleamento das forças reacionárias que pretendem exatamente deter o avanço da democratização fundamental[...] elas sentem na democratização uma ameaça a seus privilégios (FREIRE, 1963, p.4).

Apesar de todo este esforço desempenhado por Freire e Jango em ampliar o universo do cidadão através da alfabetização, do acesso à educação, do direito ao voto consciente e do direito destes de exercerem de forma plena a cidadania; infelizmente Freire juntamente com os demais expoentes foram considerados sujeitos subversivos pelos militares. Paulo Freire foi considerado, pelos militares, um sujeito subversivo, por propugnar uma educação crítica, consciente, que levava os indivíduos a questionar a situação em que se encontravam e por difundir ideais democráticos de educação e de vida social. Freire foi preso no golpe de 1964, e após sua soltura da prisão, foi exilado no Chile, onde trabalhou no Instituto Chileno para a Reforma Agrária. No Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro ainda descreve que no exílio, Paulo Freire:

[...] escreveu Educação como prática da liberdade (1967) e a sua principal obra, Pedagogia do oprimido, publicada em espanhol e em inglês em 1970, mas em português apenas em 1974. Em 1969, fixou-se nos Estados Unidos, onde lecionou na Universidade de Harvard. Em 1970, passou a residir em Genebra, na Suíça, como consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Nos dez anos seguintes, foi também consultor educacional em diversos países, principalmente africanos. Em 1980, retornou ao Brasil. Nesse mesmo ano, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e passou a lecionar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas, onde permaneceria até 1990. Secretário de Educação do município de São Paulo na gestão da prefeita Luisa Erundina, do PT, entre 1989 e 1991, neste ano foi reincorporado ao cargo de diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, do qual havia sido demitido após o golpe de 1964. Logo em seguida, aposentou-se. Ainda em 1991, foi criado em São Paulo o Instituto Paulo Freire. Reconhecido mundialmente, recebeu por seu trabalho diversos prêmios e homenagens.(Extraído do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, 2001, s/p).

Decerto este programa de alfabetização de Paulo Freire foi extinto pelo golpe militar de 1964 pelos motivos analisados pela autora Cecília Coimbra:

[...]de fato, era Um Programa extremamente arriscado para as elites dominantes, pois se a campanha nacional funcionasse dentro do que se tinha planejado, ter-se-ia no próximo processo eleitoral, cinco a seis milhões de novos eleitores alfabetizados. (...) Ainda mais arriscado e perigoso se colocava porque o método Paulo Freire apontava para o “exercício da participação”, para “a reordenação da sociedade pelo voto consciente do povo” e por “uma educação comprometida com a democratização da

sociedade”, propondo-se no processo de alfabetização fazer do educando um “agente ativo”; um sujeito enfim (COIMBRA, 2000, p.26).

3.2 - Celso Furtado - economista, intelectual e expoente implementador da política de Jango na área econômica e educacional.

Mormente, antes de discorrer sobre Celso Furtado, considerado um dos mais renomados economistas do Brasil, que desempenhou avultado papel no governo Jango; urge dizer que este intelectual, segundo Barbosa (2020, p.65-67), se aprofundou no estudo sobre o desenvolvimento do Nordeste e do Brasil. Este foi o ponto chave para que Furtado compreendesse os problemas existentes no Brasil, e ainda colocasse à baila estas questões problemáticas das regiões citadas acima, onde se perpetuam as desigualdades sociais entre as classes, que por diversas vezes, materializa a injustiça no seio da sociedade. Para tanto, a partir do esquadramento deste assunto, Furtado fundamenta suas críticas às estruturas arcaicas e antissociais existentes no período elencado, como as oligarquias, os coronéis (o coronelismo, que, até então, simbolizava a chave da verticalização política a reproduzir desigualdades), a desigualdade regional e a exclusão e exploração do mais pobre, que em sua opinião, são a causa do nosso estado de subdesenvolvimento. Mas, em contrapartida, idealiza o desenvolvimento regional articulado a um projeto de democratização, posto que este seria o sonho de Furtado para o Nordeste e para o Brasil (ibidem, p.73). Barbosa discorre que Celso Furtado viveu momentos em sua infância que o conduziu a trilhar caminhos na esperança de operar transformações e contribuir na emancipação das regiões do nordeste, como segue a explicação abaixo:

Tal ímpeto patriótico a que me refiro teve origem na infância, quando vi, ele mesmo, a seca, os coronéis, a violência, beatos e cangaceiros, a miséria do povo, enfim. De Pombal a Paris e de volta ao Brasil, Furtado vivenciou muitas experiências, mas, os primeiros anos de sua vida lhe imprimiram imagens na memória profunda que o tempo não apagou. Como se o Nordeste fosse um eterno retorno, sempre a ser combatido, superado, melhorado. É uma espécie de si mesmo em retrospectiva, na relação permanente entre o “eu” e o coletivo [...]. Nestes termos, o modo como a criança pequena atribui significado às relações que estabelece com outras pessoas e, mais ainda, como essa mesma criança cresce e vai envelhecendo, define muito a complexidade do ser relacional construído por cada um[...]os temas recorrentes na vida de Furtado: a crítica do subdesenvolvimento, a luta contra as oligarquias nordestinas e a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) como expectativa de transformação de estruturas (BARBOSA, 2019, p.66).

No período do governo de João Goulart, nos anos de 1962 e 1963, Celso Furtado exerceu o cargo de Ministro Extraordinário de Planejamento. Furtado, como economista, foi

responsável, juntamente com San Tiago Dantas, de elaborar e implementar um plano econômico nomeado de Plano Trienal, que Santos (2019, p.5) define como um “documento que tinha como objetivo oferecer ao país o caminho para o desenvolvimento econômico e social e ao mesmo tempo controlar os indicadores inflacionários daquele período, além de estabelecer as reformas defendidas pelo governo Jango”. O Plano Trienal serviria para combater a inflação, além de estimular o crescimento da economia a uma taxa de 7% ao ano (BASTIAN, 2012, p.140). Vale aqui destacar que o Plano Trienal tinha outro objetivo que era iniciar uma política de distribuição de renda, proposta que oferecia ao país, o caminho para o desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo que controlava os indicadores inflacionários daquele período, além de estabelecer as reformas propugnadas por Jango (op. cit, p.5). Dentro deste Plano Trienal, continha as Reformas de Base, e às demais reformas como a agrária, bancária e a educacional, dentre outras. Destaca-se aqui o Plano Trienal de Educação que tinha os objetivos de: ampliar as matrículas nas escolas, tornando o acesso à educação mais universalizado e democrático, lograr mudanças no ensino superior, diversificar e flexibilizar os cursos e investir recursos públicos na manutenção das escolas. Ambos os planos (PT/1962 e PTE/1963) estão articulados, pois a partir do momento que se instituem reformas na economia do país, as demais reformas nos diversos setores acontecem por estarem interligados, ou seja, a reforma econômica atinge diretamente a educação, um exemplo disto é o percentual de repasse dos recursos públicos que são investidos em educação, que é determinado pelo ministro da economia e da educação. Furtado explica que o Plano Trienal:

[...]foi elaborado em 1962, tendo como perspectiva estabelecer um conjunto de metas para a economia brasileira para o triênio 1963-65. A origem do plano está ligada ao plebiscito que, no início de 1963, definiria se o país retornaria ao presidencialismo ou continuaria no parlamentarismo, sistema implantado em 1961 como solução política para permitir a posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Neste contexto, o Trienal foi apresentado como o plano econômico que Goulart implementaria caso a opção pelo presidencialismo saísse vitoriosa (Furtado, 1997, p. 238).

Bastian (2012, p.141-143) explica o Plano Trienal (1962) e mostra os problemas que afetam a economia no governo de Jango na citação:

O Plano Trienal (1962) procurou enfrentar os principais problemas que afetavam a economia brasileira no conturbado contexto da época. Neste contexto, apresentou, entre outras coisas, os seguintes objetivos: 1) taxas de crescimento da renda nacional da ordem de 7%; 2) estratégia gradual de combate à inflação, de modo que a inflação não excedesse a metade da taxa do ano anterior 2) e que, em 1965, a taxa se aproximasse de 10% ao ano; 3) salários reais crescendo a uma taxa idêntica à taxa de crescimento da produtividade da economia como um todo, bem como os ajustamentos em função do aumento do custo de vida; 4) refinanciamento da dívida externa, a

qual – apesar de não ser particularmente grande – estava concentrada no curto e médio-prazos (PLANO TRIENAL, 1962, p. 43).

Celso Furtado preocupava-se com a escolarização fundamental de qualidade da população como um pré-requisito para o desenvolvimento econômico. Na visão de Furtado, a questão do subdesenvolvimento brasileiro e o fenômeno do atraso está articulado com a questão do brutal atraso na escolaridade nos níveis iniciais; e cabe aqui dizer que por vezes a educação tem o peso que hoje se lhe atribui no desenvolvimento econômico. Para Furtado a escolarização da população de uma forma geral não é um pré-requisito para o desenvolvimento, mas a precariedade na educação da população teria sido um fator de impedimento para um país se desenvolver. No plano de reformas de base propostas no governo de João Goulart, a educação era considerada como um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país (SANTOS, 2019, p.5-6). Na visão de Furtado, o capitalismo e sua modernização não coadunam com uma população desprovida de acesso universalizado à educação básica, pois segundo Furtado “não atendia às exigências do projeto de desenvolvimento”, pois para este, uma vez que o governo investisse na educação da população, mesmo que a longo prazo, criaria condições necessárias para o desenvolvimento nacional. Santos mostra como Celso Furtado valorizava a importância da educação:

O entendimento explícito era atender às demandas de mercado, concebendo, assim, a lógica formulada na teoria do Capital Humano e o vínculo efetivo dos objetivos educacionais ao preparo de mão de obra adequada à organização dos mercados produtivos. Entende-se, então, que as teses sobre o Capital Humano, articuladas ao ideário da universalização da alfabetização e do ensino no país, atendiam ao projeto do desenvolvimentismo, compreendido nas reformas de base propagadas no governo João Goulart, inserindo o indivíduo como elemento desencadeador do progresso nacional. (SANTOS, 2019, p.12).

Segundo Santos (ibidem, p.5-6), Furtado compreendia que para investir no fator humano não bastava simplesmente aprimorar a mão de obra especializada no projeto de industrialização do país. O que significa que a concretude dos direitos sociais e da justiça social se materializam a partir do momento que o lucro das riquezas produzidas no país sejam distribuídas também às classes trabalhadoras, pensamento este, que difere daqueles que compreendem o desenvolvimento distanciado dos interesses sociais.

Quando se fala em desenvolvimento brasileiro na década de 60, o primeiro nome que vem à mente é de Celso Furtado, considerado um economista e homem de Estado brilhante, que formulou políticas na área econômica durante o governo de João Goulart com perspectivas democráticas e de justiça social, cujo objetivo era de enfrentar a desigualdade social e a dependência internacional do país. Durante o período do governo de Jango, o Brasil tinha todas

as razões para se tornar uma grande nação, dado o seu território, seu recurso natural em abundância; porém os problemas que atingiam o país, o caos instalado na economia do país, a miséria, as desigualdades regionais e as disputas de interesses pelos grupos dominantes, os quais não aceitaram as mudanças neste governo, logrou o atraso, mesmo com planos em diversos setores do país e do governo, como na área educacional, a qual incluiria toda a população, com vistas ao pleno desenvolvimento.

O governo empresarial-militar em 1964 tomou o poder e desconstituiu toda a política então formulada por Celso Furtado, e por outros intelectuais que operaram em conjunto, à época, com João Goulart. Santos (2019) explica o pensamento desenvolvimentista da seguinte forma, como citado abaixo:

[...]Pode-se, então, compreender o nacionalismo desenvolvimentista como a expressão de um conjunto de proposições, fundamentos ideológicos e doutrinários como projeto de poder, abarcando um leque de singularidades em termos de concepção diante da gestão do Estado, da economia, numa agenda política em defesa dos interesses nacionais, resguardando as riquezas naturais do território como fontes estratégicas garantidoras da modernização do país. (SANTOS, 2019, p.3)

Nesta tônica, Furtado almejava aplicar como projeto de Estado um plano econômico voltado na proteção do mercado interno, longe das garras das forças cegas do mercado, que muitas vezes produz desastres sociais, e que colocam em risco a sociedade. Para Furtado, o caminho para se alcançar o desenvolvimento nacional, seria montar um plano articulado às pesquisas (Extraído da Conferência de abertura Cátedra Celso Furtado (CBAE), 3 de Novembro de 2021 - Celso Furtado como Educador), que considerassem as variáveis e as complexidades que existem dentro da sociedade; levantando questões da desigualdade existente no país em diversas regiões, da dimensão da vida social, levando em conta as classes sociais, a superestrutura da sociedade, as relações sociais e comerciais, a questão da dependência de produtos importados e o baixo valor agregado de produtos exportados e etc. Por isso, pensava em fomentar o desenvolvimento no país com perspectivas econômicas que viessem atender os cidadãos de forma plena.

No Plano Nacional da Educação (PNE), Furtado (2011, p.162) discorre que: “a muito custo chegamos (...) à compreensão de que a escola não é apenas o feliz coroamento ornamental de uma sociedade, mas a sua instituição básica, a mantenedora da sua cultura”. Furtado deixou um importante legado quando atribui valor à democratização da educação, utilizado como instrumento da construção da cidadania popular, da transmissão da herança cultural nacional e como motor do desenvolvimento socioeconômico, forças estas que podem moderar os efeitos sociais danosos da acumulação desenfreada concentradora de renda e de

riqueza (Extraído do site <https://aterceiramargem.org/2020/07/26>). Segundo Santos cada expoente da educação desempenhou avultado papel na política, economia e principalmente na política educacional, como é citado abaixo:

Se Paulo Freire comprometia-se a estabelecer no Nordeste brasileiro um projeto em que a Igreja e as iniciativas do governo Jango juntavam-se na mesma direção, o da alfabetização de jovens e adultos, Furtado coordenava o macroplanejamento do governo, tendo o protagonismo de Darcy e Anísio na condução da educação, fosse na idealização e implantação da Universidade de Brasília, fosse na definição do primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962, na democratização da educação básica em território nacional, dando à educação a perspectiva de vertente estratégica ao desenvolvimento social, político e econômico do país(SANTOS, 2019, p.12).

3.3 - Anísio Teixeira - intelectual e expoente implementador da política de Jango na área educacional.

Primeiramente, antes de analisar a atuação do proeminente educador Anísio Teixeira no governo Jango, o qual congrega a mesma linha de pensamento desenvolvimentista dos demais intelectuais da educação neste governo vigente, é preciso tecer um breve histórico da trajetória e contribuições deste grande educador e precursor de ideias inovadoras no campo educacional.

Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de Julho de 1900 na cidade de Caetité (BA), graduou-se em Direito. Em 1924 assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino na Bahia, que equivale hoje ao atual cargo de Secretário de Educação do Estado. Em 1931, no Rio de Janeiro, assumiu o cargo de Secretário da Educação; em 1932 participou do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; em 1935 criou a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro; em 1946 assumiu o cargo de conselheiro geral da UNESCO; e em 1947 assumiu o cargo de Secretário da Educação da Bahia, criou a Escola Parque em Salvador, tornando-se o pioneiro de educação integral. Em 1951 assumiu o cargo de Secretário Geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e em 1952 assumiu o cargo de diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). No final dos anos 50, Anísio Teixeira participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, sempre como árduo defensor da educação pública. Ao lado de Darcy Ribeiro foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual tornou-se reitor em 1963, e em 1964, devido ao golpe militar, foi afastado da função que ocupava. Lecionou nos Estados Unidos na Universidade de Columbia, local onde estudou em 1920 e conheceu John Dewey. Em 1966, retornou ao Brasil

e assumiu a função de consultor da Fundação Getúlio Vargas. (Extraído do <https://www.rio.rj.gov.br/web/epf/sobre-anisio-teixeira>).

Vale aqui destacar em relevo, que uma das grandes realizações de Anísio Teixeira juntamente com Darcy Ribeiro foi a criação da Universidade de Brasília (UnB) em 21 de abril de 1962. Sua criação foi autorizada pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília como mantenedora. O presidente João Goulart era pragmático em afirmar que a referida instituição seria modelada em bases mais novas e modernas, seria considerada um paradigma para as demais universidades do Brasil, além de seguir no compromisso de se projetar como uma instituição de ponta, com excelência no ensino, pesquisa e extensão, no cenário educacional nacional e internacional. A UnB foi pensada para ser palco dos grandes debates nacionais e internacionais e para contribuir com soluções inovadoras. Segundo Souza (2018, p.200), a UnB era uma experiência educacional e seria um local onde não haveria discriminação por convicções políticas nem religiosas, cuja missão seria criar a cultura brasileira, estudar problemas nacionais e contribuir para o avanço do conhecimento através do desenvolvimento da pesquisa. Segundo Xavier (2011), Darcy Ribeiro recitou as diretrizes que nortearam a concepção da UnB:

Em primeiro lugar, o projeto de criação da UnB sintetizava uma grande ambição política e intelectual, haja vista as possibilidades de essa universidade tornar-se um centro intelectual capaz de conviver com os tradicionais centros de produção cultural, nacionais e estrangeiros. A segunda ambição declarada era a de proporcionar aos órgãos públicos a (re) produção de quadros intelectuais de alto nível aptos a prestar assessoria em uma cidade isolada. A terceira ambição era “fazer da UnB um núcleo de amadurecimento da consciência crítica nacional, privilegiando programas de estudo mais capazes de instrumentá-la cientificamente e de sustentá-la ideologicamente”. A terceira ambição vinha acompanhada do desafio de articular a intelectualidade oficial, sobretudo a acadêmica, na tarefa de repensar o Brasil, buscando novas formas de organização com vistas à superação do subdesenvolvimento. Cabia, ainda, institucionalizar a pós-graduação como atividade regular de pesquisa e formação e de permitir à nova capital exercer o papel de um centro de expressão da consciência crítica nacional (RIBEIRO, 1978, p.76-80).

Xavier (ibidem, p.680) discorre que Darcy Ribeiro foi nomeado, por decreto presidencial, a ser o primeiro reitor da referida instituição, permanecendo no cargo até agosto de 1962, quando Jango convidou Darcy a assumir a chefia do Ministério da Educação e Cultura, deixando a reitoria da UnB a cargo de Anísio Teixeira. É importante frisar que Anísio Teixeira foi relator do 1º Plano Nacional de Educação (PNE), o qual foi homologado em outubro de 1962, e elaborado pelo Conselho Federal de Educação. Abaixo mostra que o Plano:

[...]criou o Fundo Nacional de Educação e previu a aplicação de 12% da receita de impostos da União à constituição desse Fundo, cujos recursos

seriam destinados, em iguais proporções, aos ensinos primário, médio e superior. Embora estivesse prevista constitucionalmente, a aplicação desse montante só aconteceu, de fato, durante a gestão de Darcy. O Plano previa, ainda, a alfabetização, até 1970, de todas as crianças, adolescentes e jovens entre sete e 23 anos. Para fazer frente a essa meta, o ministério elaborou ainda o Plano Trienal de Educação, que deveria constar do planejamento geral do governo para o período de 1963 a 1965, e previa a aplicação de recursos nos três níveis de ensino em montantes mais substanciais do que aqueles garantidos pela legislação – 12% da receita tributária em 1963, 15% em 1964 e 20% em 1965. A saída de Darcy Ribeiro do Ministério, em janeiro de 1963, para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, interrompeu o planejamento esboçado nos intensos cinco meses em que ocupou a pasta. (HEYMANN, ANO? s/p).

Cabe aqui frisar que Anísio Teixeira, no período do governo de João Goulart, como já citado acima, também fez parte deste grupo supramencionado de intelectuais articuladores do projeto nacional-desenvolvimentista, no qual a política educacional operaria como uma das forças motrizes no desenvolvimento do país. Segundo Santos (2019, p.18), Anísio Teixeira, foi acusado de comunista por diversas vezes, sobretudo porque seus discursos estavam ancorados na defesa da escola pública universalizada, do Estado laico, da democracia liberal e no monopólio estatal do petróleo.

Anísio Teixeira acreditava que o sentimento nacionalista propiciava a consciência social que impulsionaria na luta pelo direito à uma educação de qualidade. O objetivo de implantar no país a educação de qualidade deveria servir para todos como um sentimento de consciência de justiça e de igualdade que germinaria em cada cidadão. Santos (2019, p.9) corrobora o pensamento nacional desenvolvimentista de Anísio Teixeira quando faz a citação abaixo do próprio educador, que revela a importância do nacionalismo estar arraigado no seio da nação:

Nacionalismo é, fundamentalmente, a tomada de consciência pela nação de sua existência, de sua personalidade e dos interesses dos seus filhos. Pelo nacionalismo, os indivíduos da nação se fazem verdadeiramente irmãos e tudo que atinge a cada um passa a atingir a todos. Por isto mesmo, antes de mais nada, o nacionalismo aguça em cada um o sentimento de justiça para com os demais habitantes do país, impondo a participação de todos na vida nacional e fazendo crescer a coesão e a consciência de igualdade entre eles. Passam todos, efetivamente, a se sentirem cidadãos da mesma pátria, com direito à mútua solidariedade e a certa igualdade fundamental. Não é, assim, o nacionalismo senão apenas indiretamente um movimento de defesa do país contra inimigos externos. Muito mais do que isto, é um movimento da consciência da nação contra a divisão, o parcelamento dos seus filhos entre "favorecidos" e "desfavorecidos" e *contra* a alienação de sua cultura e de seus gostos, voltados antes para a imitação e a admiração do estrangeiro do que para o amor esclarecido de suas próprias coisas; e a *favor* da integração de todos na pátria comum, com um mínimo de justiça social, a *favor* do desenvolvimento de sua cultura como cultura própria e autônoma e a *favor* da

solução de suas contradições econômicas e sociais e da correção gradual de seus defeitos maiores, que passam a ser reconhecidos sem desprezo, analisados com denôdo o vigorosamente combatidos. (...) Por certo que pelo novo comportamento dos indivíduos em face dos problemas nacionais, afinal sentidos, analisados e esclarecidos, e por cujas soluções radicais ou graduais passarão a lutar com disciplina, esforço e coerência. E isto é o que vimos tentando no campo do desenvolvimento econômico. (TEIXEIRA, 1960, p.205-208).

Santos (op. cit. p.10) ainda acrescenta que a forma de gerar o desenvolvimento no país deveria ser através da busca pelo progresso, no fortalecimento da economia interna, nos investimentos em ciência, na democratização e na universalização da educação. Dorigão (2015, p.47-49) ainda cita que:

A participação ativa no debate acerca da reforma educacional, no período de 1930 a 1960, estabeleceu o âmbito de atuação de Anísio Teixeira na defesa da Escola Nova, com propostas inspiradas no pensamento de John Dewey, buscando uma escola que pudesse contemplar aspectos relativos à transformação da sociedade por intermédio da prática pedagógica nas escolas(...)Anísio Teixeira afirmava existir um atraso no desenvolvimento educacional, apesar de considerar certo alinhamento às mudanças técnicas e econômicas, ocorridas ao redor do mundo e na economia brasileira, e alertou para o fato de o Brasil ser mero consumidor de novas invenções e produtos e permaneceu na defesa de uma transformação no campo educacional e na cultura escolar. Essa transformação na educação requer empenho político e investimento de recursos econômicos na construção de um projeto nacional no qual a educação se encontrava no centro das ações para alcançar a condição de igualdade social e a democracia no Brasil. (DORIGÃO, 2015, p.47-49)

Para Anísio Teixeira, o desenvolvimento nacional só se torna pleno e eficaz quando inclui as camadas populares no plano de desenvolvimento. Santos (2019) compreende que a perspectiva de Anísio Teixeira era: “[...] perceber a educação e a escola como fatores de inclusão social, de construção de uma nacionalidade cidadã e ao mesmo tempo de respeito às diversidades inerentes ao povo brasileiro, que difere das perspectivas de um nacionalismo totalitário e segregacionista [...]” (SANTOS, 2019, p.10). Para Santos (ibidem, p.6), a pauta política, social e educacional impreterivelmente defendem a bandeira de superação do subdesenvolvimento a partir do combate ao analfabetismo e a ampliação de vagas ao ensino básico, elementos que viriam a traduzir o emblema “[...] educação para a democracia [...]”, evidências da utopia europeia pós-fascismo (PAIVA, 2000, p. 23). Teixeira na citação a seguir mostra a importância da escola brasileira, da alfabetização e do sentimento de nacionalismo na população, que reverberam no pleno desenvolvimento nacional:

A escola brasileira é que lhe irá ensinar a compreender o Brasil, mostrar-lhe a sua evolução, apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos as qualidades novas em surgimento, dar-lhe consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos

aspectos originais - a sua democracia racial, por exemplo - e crítica aos defeitos maiores: a insensibilidade, por exemplo, para com a imensa parcela ainda *não integrada* da nação - os analfabetos, os miseráveis, a população rural que vegeta por êsse imenso país afora; o espírito de aproveitamento, que o estado de pobreza gera em todos os que sobem à tona e escapam à desgraça de ser no país apenas povo, a corrupção generalizada que é, mais do que tudo, manifestação de alienação, que o Brasil não é um bem comum, mas algo antes apropriado por privilegiados e hoje assaltado pelos que conseguem tomar um pouco das mãos de tais privilegiados e ganhar, dêste modo, o direito de também explorá-lo em seu próprio benefício. Se o nacionalismo, concebido em seus aspectos negativos, fosse a tomada de consciência dos que *prejudicam* o crescimento da nação, dos *inimigos* dêsse desenvolvimento, não há como não descobri-los tanto no interior quanto no exterior. E os inimigos do interior serão todos os que *explorem e roubem* o Brasil, seja pelo ato francamente espoliativo, seja por dificultarem que os meus recursos públicos se apliquem com as prioridades, a eficiência e a justiça indispensáveis, a fim de que se integrem na pátria todos os seus filhos, dentro de um mínimo de igualdade e decência[...]Só a escola, e uma escola verdadeiramente de estudos e de conhecimento do Brasil, poderá mostrar-nos o caminho para êsse imenso esforço de emancipação nacional. Tal escola não poderá ser a escola privada, mas a escola pública, pois só esta poderá vir a inspirar-se nesta suprema missão pública, a de nacionalizar o Brasil (TEIXEIRA, 1960, p.205-208).

Seguindo a mesma linha do pensamento político desenvolvimentista, Anísio Teixeira considera que o investimento na educação é um fator muito importante para o desenvolvimento do país. No entanto, à época, havia grande parcela da população que precisava ser alfabetizada, e Anísio Teixeira era conhecedor de tal problema que assolava o país, pois sabia que o analfabetismo alarmante era um dos entraves que impedia o país de avançar e alcançar o pleno desenvolvimento. Teixeira sabia da necessidade de se criar políticas públicas voltadas a atender este público desprovido de direitos; da necessidade de institucionalizar um plano nacional de alfabetização e ainda criar preceitos legais que viabilizem concretizar o plano nacional de alfabetização sedimentado em bases democráticas e universais, que no futuro próximo, desarraigaria o país da situação de dependência econômica. No entanto, era conhecedor da conjuntura da época, de forças que operavam para que a população brasileira não fosse instruída, por isso Souza (2018) explica que:

Na política, o coronelismo formou a base da estrutura do poder, ou seja, o regime republicano não pôs fim ao sistema coronelista. Mais que isso, continua fortalecido com as oligarquias regionais e a política dos governadores. Como a Constituição prescrevia a alfabetização como condição ao exercício do direito de votar, as oligarquias viram na educação o instrumento para manobrar as massas, sobretudo as rurais, viabilizando a alfabetização, o aprender a ler e a escrever exigido para votar. Com o poder de mando dos coronéis sobre as pessoas, em especial populações rurais, os cargos políticos e de direção eram ocupados por pessoas indicadas e apoiadas por eles. Candidatos diletos se perpetuam nos cargos. Mesmo que houvesse processos eleitorais, a maioria era manipulada e fraudulenta (SOUZA, 2018, p.98)

O período do Jango é marcado por um contexto educacional de embate entre os defensores da escola pública e da privada. Se por um lado, Anísio Teixeira, conhecido como um dos mais importantes signatários e defensores da luta por uma educação gratuita, pública, obrigatória, laica e de qualidade, tutelada pelo Estado; por outro, havia os defensores da escola privada e confessional, tendo como protagonista a Igreja Católica e Carlos Lacerda, os quais propugnavam que os recursos públicos fossem voltados às escolas privadas. Souza (2018, p.88) discorre que nos anos 60 houve “a campanha nacional pró-escola pública”, quando foi promulgada a LDB (1961), após um processo de que participou ativamente Anísio Teixeira, então secretário-geral da CAPES e diretor do INEP, cargos que ocupou de 1951 a 1964. Souza (2018, p.156) ainda explica que:

[...]o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (lei 4.024/61), em especial matérias sobre ensino público laico e financiamento educacional, que traduzia um conflito mais amplo: o público versus o privado na educação. A Igreja agiu com o “Memorial dos bispos”, texto de 1958; os “pioneiros” reagiram com o Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados, de 1959. Anísio teve a chancela de Juscelino Kubitschek para se manter na direção do INEP, cargo em que conseguiu se sustentar até 1964, quando se impôs o golpe civil-militar. (SOUZA, p.156).

Souza analisa a LDBEN/1961(Lei 4024./61) da seguinte forma:

Em linhas gerais, a lei 4.024 possibilitou e garantiu a descentralização do sistema educacional: deu autonomia às redes escolares; liberdade à escola quanto a organizar seu currículo. Também criou o Conselho Federal de Educação e prescreveu a destinação de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios para a educação. Dentre outras prescrições, destaca-se o ensino primário, no mínimo, de quatro séries anuais e obrigatório a partir dos 7 anos de idade e duração de 180 dias para o ano letivo. Pela lei, docente do primário se formaria no ensino Normal; do secundário, em cursos de nível superior. Ensino religioso passou a facultativo. Universidades passaram a ter autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, porém, exercida segundo seus estatutos específicos etc. Para Anísio, não se podia dizer que a LDBEN era uma lei “[...] à altura das circunstâncias em que se acha o país, em uma evolução para constituir-se a grande nação moderna que todos esperamos”. Ele alertava que a lei era uma vitória modesta e que precisava ser consolidada. A vitória maior encontrava-se no novo conceito e status da lei: “[...] lei complementar à Constituição e não de uma simples lei federal, que regulasse as funções do governo federal em educação. Leis federais de ensino haverá, além desta, mas, para regular o sistema federal de ensino, os estabelecimentos federais de educação” (SOUZA, 2018, p.257).

A LDBEN (Lei 4.024/61) regulamentou que os entes federais, estaduais e municipais operem sob o regime de cooperação e colaboração, e invistam um maior percentual de suas verbas públicas na educação básica, profissionalizante e superior, pois essas mudanças na arena educacional cooperam para um melhor funcionamento do país. É neste sentido que é necessário

investir na educação pública a fim de que o direito à educação seja outorgado à população, com a garantia legal de acesso universal e democrático a todos, sem distinção; o que gera no futuro próximo, uma melhor distribuição de renda e justiça social, o que coopera para o crescimento econômico e social do país de forma harmônica.

3.4 - Darcy Ribeiro - intelectual e expoente implementador da política de Jango na área educacional e a análise das políticas educacionais implantadas no Brasil.

Primeiramente, antes de discorrer sobre o importante papel desempenhado por este grande educador, suas contribuições e o legado que nos deixou, se faz necessário tecer uma breve narração sobre a trajetória desse intelectual que atuou no governo de João Goulart.

Darcy Ribeiro nasceu em 1922, em Montes Claros (MG), ingressou, na fase adulta, no curso de medicina, mas abandonou esta área e se graduou em Sociologia. Entre os anos de 1947 e 1957, trabalhou com Marechal Rondon no Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Posteriormente, Anísio Teixeira, em 1957, o chamou para assumir a direção da Divisão de Estudos Sociais do Ministério de Educação e Cultura. Tornou-se um discípulo de Anísio Teixeira na defesa da escola pública. Foi educador e político, responsável junto com Anísio Teixeira pela criação da UnB (Universidade de Brasília) e tornou-se reitor desta referida universidade no governo de Jango. No governo de João Goulart, Darcy Ribeiro, como um ilustre expoente e intelectual da área educacional, foi chamado para se tornar ministro da Educação entre setembro de 1962 a janeiro de 1963. A partir desta data saiu do Ministério da Educação a fim de assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, interrompendo assim, o planejamento nos cinco meses em que ocupou a pasta. Em tempos posteriores foi destituído do cargo assumido na Casa Civil por causa do Golpe de 1964 (Extraído do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV, 2001).

O resumo da trajetória de Darcy Ribeiro, já descrito acima, mostrou as atuações deste educador no governo, no Ministério da Educação, na criação da UnB, dentre outros feitos. A partir desse prisma, foi preciso desenvolver uma análise sobre sua atuação no governo Jango, a fim de compreender de que forma esse ilustre educador pensava as transformações no campo educacional, o que este projetava para o ensino básico e superior, o que pensava sobre a dependência dos países subdesenvolvidos e latino americanos articulado às propostas de mudanças no campo educacional, se as pesquisas regionais desenvolvidas contribuíram para compreender os problemas educacionais, como se alinhava ao pensamento desenvolvimentista e de que forma contribuiu na política educacional.

Cabe aqui destacar que a criação da UnB é um marco na história da educação, da política e da economia do país, principalmente no governo Jango. Esta instituição foi planejada como um projeto de nação a fim de atender as demandas do país e do continente latino americano. Toda a sua configuração está alinhada ao pensamento nacional desenvolvimentista, cujos objetivos foram ancorados no desejo de desarraigar o país da situação de dependência. Dependência esta, que transitou em diversos períodos da história política e econômica brasileira, incluindo o governo Jango. A citação de Leher (2017) confirma como Darcy pensava a universidade como um projeto de nação:

Isto, certamente, marca a perspectiva epistemológica da UnB, que está instando estudantes, professores, intelectuais a engajarem a universidade num projeto de nação, em perspectiva crítica ao que Darcy conceituou como modernização reflexa. Não foi casual que os germes da teoria da dependência, ou, como se dizia então, sistema semicolonial de exportação (Gunder Frank, Rui Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra) nasceram nessa instituição. Darcy Ribeiro está afirmando, sem subterfúgios, que a universidade deveria ser uma instituição política, uma instituição que produz conhecimento com uma perspectiva política de transformação da realidade, abrangendo a inserção do país na economia mundo; enfim, problematizando temas como tecnologia, cadeias produtivas que deveriam estar inseridas no país e a autonomia necessária destas, assim como de temas inseridos nas chamadas reformas de base (energia, telecomunicações, sistema bancário, reforma educacional etc. (LEHER, 2017, p.147).

Darcy e Anísio Teixeira lutavam por uma educação laica, pública e gratuita, e suas ideias se alinhavam aos educadores empenhados na modernização do ensino, na universalização e democratização da educação brasileira. Darcy participou da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) cujo objetivo era promover pesquisas e diagnósticos sobre a realidade educacional brasileira e seus problemas locais, regionais e nacionais, com objetivo de fundamentar as reformas. Foi através deste centro de pesquisas que Darcy pôde compreender as disparidades e assimetrias existentes entre as diversas regiões do país, tanto no que tange aos problemas sociais quanto educacionais, o que induz a planejar a forma de atender as diversidades culturais e os distintos problemas que cada região apresenta em seu interior. Darcy Ribeiro, cita em sua obra “A universidade necessária”, de que forma se dava a atuação de grande parte dos docentes das universidades da América Latina:

A maioria dos nossos docentes universitários – e entre eles muitos dos mais renomados – mantiveram sempre uma atitude conservadora, ou, quando muito, modernizadora. Viveram e atuaram como personagens muito orgulhosos de suas pequenas façanhas, vendo a si mesmos como inteligências excepcionais e meritórias, só porque o eram no ambiente retrógrado em que viviam, vangloriando-se das instituições que criavam, precisamente por sua vinculação e dependência em relação a centros universitários estrangeiros dos quais constituíam meros apêndices (RIBEIRO, 1969, p. 13).

Segundo Santos (2019, p.10-11), no governo de Juscelino Kubitschek, circulava entre os articuladores da política educacional, a defesa da importância da criação de um centro universitário avançado que representasse o país moderno, vocacionado ao desenvolvimento nacional. É importante explicitar que na ótica do educador e intelectual, Darcy Ribeiro, a universidade era considerada parte de um projeto de nação necessário, a partir do momento que, dotada de uma função social, proporciona o avanço da industrialização, o que supera o atraso histórico de desenvolvimento social e econômico, salva o país da dependência econômica em relação aos países desenvolvidos e ainda proporciona a emancipação dos povos. Com isso, compreende-se que a proposta de Darcy Ribeiro é de criar uma universidade que esteja direcionada à formação de cidadãos qualificados; e uma vez que estes se tornem profissionais qualificados, se concretizará uma formação humanística de lealdade aos valores da democracia, da criatividade e da independência econômica.

Diante dessas considerações sobre o pensamento de Darcy Ribeiro, em relação a educação ser considerada um elemento que contribui de certa forma para o desenvolvimento nacional, Dorigão (2015, p.13-16) explica que para Darcy Ribeiro, as universidades teriam precípua função, como instituições por excelência, de trazer uma proposta de educação enquanto instrumento e elemento de transformação e desenvolvimento econômico e social. Para tanto, Darcy planejava criar um modelo de universidade que considerava necessário à emancipação do Brasil e dos países da América Latina, tendo por base a formação de profissionais com sólido conhecimento humanístico e valores democráticos, preparados para interagir com a sociedade e estabelecer uma identidade cultural própria dos povos latino-americanos. As proposições de Darcy Ribeiro, segundo explicita Dorigão (2015), estão ligadas a um projeto de modernização da sociedade e a existência de um modelo de universidade que pudesse conter um planejamento direcionado à definição de uma identidade própria para o país, à superação da sua condição de submissão econômica e à solução de problemas sociais de todas as ordens. Mas para que isto se concretizasse, seria necessário elaborar propostas para mudanças na sociedade, um projeto de desenvolvimento social e econômico, pautado na construção de uma cultura própria por intermédio da educação.

É importante dizer que Bomeny (2001) atribui características a Anísio Teixeira, intelectual que planejou em conjunto com Darcy Ribeiro, por uma educação de qualidade, quando afirma que Teixeira propicia a discussão sobre a educação na esfera do desenvolvimento econômico e ao propor que ele “[...] integra a geração dos que trouxeram ao Brasil a proposta educativa que simbolizou a aposta no progresso social pela educação” (BOMENY, 2001, p. 159). MARACH explica que:

[...]a pesquisa científica criadora, voltadas às necessidades de desenvolvimento do país; a docente ou transmissora de conhecimento nas diversas áreas do saber científico, centrando-se, sobretudo na formação de professores para todos os graus de ensino – daí o papel fundamental das ciências humanas e da pedagogia, em especial; e a de extensão universitária, para divulgar as ciências, as artes e a cultura geral por meio das instituições sociais específicas. (MARACH, 2009, p.174)

De acordo com que Dorigão (2015, p.52) explica, Darcy Ribeiro, através de pesquisas mais aprofundadas acerca da territorialidade, do fator humano, do local, das culturas e das demais demandas existentes dentro do país, traçou um panorama acerca das mudanças tecnológicas, que no futuro, iriam impactar nas relações sociais pelo mundo, e é partir desta leitura que retoma o discurso sobre a necessidade de implantar uma estrutura educacional, que seja capaz de preparar as pessoas para inserção num novo modo de trabalho, a fim de superar o atraso histórico das nações subdesenvolvidas e sua libertação das práticas imperialistas. Dorigão (2015) corrobora esta afirmativa quando cita que:

Darcy Ribeiro traçou um panorama da educação no Brasil, demonstrando, por meio de números, a situação precária do ensino e argumentando sobre a necessidade de uma escola de educação básica que pudesse suprir a formação cultural que as famílias das classes populares não detinham, por sua falta de escolarização, decorrente, segundo ele, das políticas educacionais elitistas, vigentes no país. No tocante aos ingressantes em ensino superior, a sua constatação era de que uns poucos alunos privilegiados conseguiam chegar até as salas de aulas das universidades, posto que as evasões na educação primária e nos cursos médios não permitiam aos estudantes das camadas mais pobres da população a chegada ao processo seletivo das instituições de ensino superior (DORIGÃO, 2015, p.86).

Os autores aqui discutidos convergem na tese de que é a partir do acesso universal à educação pública de qualidade que se formariam cidadãos conscientes de seus direitos, preparados para as mudanças no campo profissional e para os desafios econômicos do futuro. Darcy planejou, mediante às transformações no mundo e na sociedade brasileira, investir na educação, desenvolver atividades de pesquisas sociais nas universidades, pesquisar as condições sociais das escolas nas comunidades e nos locais, nas regiões, para que através da pesquisa científica, possa ser feito o diagnóstico dos problemas referentes às classes sociais, de regionalismo, de racismo, posteriormente analisar estes problemas e buscar alternativas em potencial a fim de superar tais impasses através da democracia com seus mecanismos políticos e da lei. Darcy Ribeiro, na obra “pensamento e ação”, que foi organizado por Fernando de Azevedo em 1960 cita sobre:

A miserabilidade das nossas escolas, a falta de assistência social, a carência dos serviços de saúde destinados a todos, são pacificamente pela pobreza nacional, pelo vulto das despesas militares, pela sonegação. Mas ninguém indaga, nem se exalta com as enormes parcelas da verba destinada ao custeio

dos serviços educacionais, doadas a particulares, das próprias bolsas de estudo, devidas à juventude inteira, distribuídas a uma clientela de eleitos (RIBEIRO, 1960, p. 228).

Para Darcy, a política educacional deveria ser lograda no país como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico, mas para que isto fosse concretizado, as universidades deveriam passar por reformas infra estruturais, para que a universidade não permanecesse com um ensino desvinculado da realidade local, social, regional, sem padrões na pesquisa e distante da necessidade de formação de quadros necessários para se alcançar o desenvolvimento social e econômico. O importante para Darcy Ribeiro era constituir uma educação que pudesse atuar no desenvolvimento nacional e social, e desenvolver uma cultura de pensar a sociedade em sua realidade, e assim, aplicar o conhecimento científico na solução dos problemas locais e regionais, e que a universidade fosse focada na realidade dos povos latino americanos, com o objetivo central de fomentar um desenvolvimento que superasse a dependência e acelerasse o progresso; mas para que isto ocorresse, seria necessário que o poder não se concentrasse mais nas mãos dos empresários, como ocorre na sociedade capitalista, posto que coloca o trabalhador num papel secundário na sociedade (DORIGÃO, 2015, p.90).

Cabe dizer que uma das atuações de Darcy Ribeiro na política educacional no período de Jango, foi submeter, em 1962, o Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, referente aos ensinos primário e médio, ao Conselho de Ministros, que foi aprovado por decreto do Conselho. Segundo Heymann (ANO?) cita:

[...] o Programa permitiu a aplicação de recursos significativos em convênios assinados entre o governo federal e os governos estaduais visando à ampliação de matrículas e à intensificação da escolaridade. Os indicativos do acatamento da iniciativa do ministro foram, além da aprovação do Programa, a dispensa de concorrência para a aplicação dos recursos e a convocação dos secretários de Educação dos estados e territórios, pelo próprio presidente da República, para a assinatura dos convênios em reunião realizada em Brasília. A justificativa para a aprovação do Programa de Emergência baseou-se na gravidade da situação educacional do país, expressa em estatísticas do documento ministerial. Com relação ao ensino primário, apenas 46% das crianças de sete a 11 anos estavam matriculadas, sendo que, desse total, a metade estava cursando a primeira série, apenas 21,4% alcançavam a segunda, 19,3% a terceira e 14,1% a quarta. Com relação ao ensino médio, cuja regulamentação era considerada centralizada e inadequada às necessidades do desenvolvimento nacional, apenas nove de cada cem jovens teriam acesso a escolas desse nível[...] (HEYMANN, ANO?, s/p.).

Santos (2019, p.12) discorre que Darcy assumiu o cargo de Ministro da Educação no período de 1962 e 1963, tratando da consolidação da LDB nº 4.024/61 e da homologação do Plano Nacional de Educação (PNE).

[...]O Plano Nacional de Educação (PNE-1962) e o Plano Trienal de Educação (PTE-1963) são representações de um tempo de embates ideológicos e disputas políticas e de aprofundamento da crise institucional que levou o país ao autoritarismo. O Plano Nacional de Educação, relatado por Anísio Teixeira e aprovado no Conselho Federal de Educação (CFE), teve como característica principal a definição das responsabilidades do financiamento público, articulado com os entes federativos, baseada nos Fundos Nacionais do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior. [...](SANTOS, 2019, p.12)

Logo após o Golpe Militar de 1964, dada a sua ligação com o presidente Jango, Darcy Ribeiro foi cassado pelo Ato Institucional n. 1 e exilou-se no Uruguai, Venezuela, Peru, Chile, dentre outros países (NASCIMENTO, 2006, s/p), no entanto, no ano de 1976, retornou às suas atividades acadêmicas e de pesquisa no Rio de Janeiro. Segundo Dorigão discorre sobre a atuação política de Darcy Ribeiro no período pós-exílio:

[...]No início da década de 1980 foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, com Leonel Brizola, e assumiu cumulativamente o cargo de secretário especial, implementando diversas mudanças no sistema de ensino do Estado. Finalizou sua carreira como senador da República, tendo como uma das suas últimas ações o encaminhamento da proposta de Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96), aprovada em 1996 (DORIGÃO, 2015, p.14)

Leher (2017) explica que após o Golpe de 1964:

“[...]entre 1964 e 1965, 80% dos professores da UnB foram afastados, seja porque foram diretamente demitidos da universidade, seja porque não tinham mais condições acadêmicas para trabalhar na instituição. Na primeira leva, por meio do Ato Institucional no 1, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram cassados[...].É necessário ressaltar: 80% das pessoas que organizaram, criaram e sonharam com a construção da Universidade de Brasília foram banidas. Posteriormente, num contexto muito mais difícil, no período da ditadura empresarial-militar, quando o professor Darcy regressou do exílio para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), já no período “de abertura”, a partir de 1979, se defrontou com uma universidade transformada pela ditadura. É importante lembrar que grandes professores da FNFfi foram cassados em todas as áreas do conhecimento, inclusive Darcy, e que forças conservadoras, reacionárias mesmo, atuaram, de modo violento, para afastar a FNFfi do pensamento crítico latino-americano. Eremildo Viana, então chefe do departamento da História, recomendou a não haver qualquer menção a Darcy Ribeiro, Celso Furtado, entre outros e das vertentes marxistas em geral. Mais do que isso, com a chamada “reforma de 1968”, a própria FNFfi foi desfeita, desmembrada em dez unidades acadêmicas. E o ambiente de perseguição, medo, delações tornou o ambiente acadêmico irrespirável (LEHER, 2017, p.149-150).

Leher (2017) ainda comenta que:

A ditadura bloqueou a ideia de agência humana, segundo a qual os seres humanos podem transformar a realidade de maneira democrática, organizada e, sobretudo, referenciada em conhecimentos científicos. O cerceamento ditatorial marca um elemento importante, porque confirma que o poder do atraso não está em antípoda com a “modernização” capitalista. A ditadura

impõe um constrangimento de natureza epistemológica, ao criar um ambiente universitário (pela força e pela cooptação) “adaptativo” frente ao conhecimento científico produzido em outros contextos e à divisão internacional do trabalho, vinculando, ou tentando vincular, a universidade à modernização conservadora (LEHER, 2017, p.150).

Cabe aqui ressaltar em destaque, como mencionado no início da monografia, que os países líderes dos blocos, influenciavam, de certa forma, as políticas dos países periféricos nas suas esferas governamentais, principalmente no que tange às políticas públicas do ensino superior no Brasil. Nessa esteira, cabe explicitar que num futuro próximo, especificamente na Reforma Universitária de 1968, já com o regime militar implantado no país, que em relação aos destinos universitários, diferente do que Darcy almejou concretizar, houve retrocessos no que tange à valorização da educação no período da Reforma universitária, um dos retrocessos que vale a pena ser citado, é a falta de investimento de verbas públicas nas Universidades, pelo simples motivo da educação não gerar o lucro esperado ao capital, ou seja, ao Estado interessava investir seus recursos orçamentários apenas em setores vinculados à acumulação de capital; o que causou o seu sucateamento, sobretudo, quando o regime militar tinha o objetivo de incorporar idéias de liberalismo econômico na educação, para esta assim, gerar lucro ao sistema capitalista. Tratava-se, portanto, de um projeto de modernização que entrava em consonância com o capitalismo internacional. No que tange ao período do regime militar, de acordo com Moura e Silva (2019, p.75), a Universidade de Brasília foi invadida por tropas militares diversas vezes, e o mesmo ocorreu em outras universidades espalhadas pelo Brasil. Os professores e alunos eram acusados e punidos pela AI-5 (Ato Institucional número 5), que reprimia qualquer possibilidade de crítica política. Esta repressão gerou, em 1968, diversas manifestações e protestos contra o regime de ditadura militar. Como cita Moura e Silva (2019, p.75): “[...] Houve também, na USP, o processo de “caça às bruxas”, com o intuito de punir portadores de ideias consideradas marxistas e subversivas. O reitor da USP, Gama e Silva, nomeou uma comissão especial com o objetivo de investigar as práticas subversivas. Dos acusados destas práticas, pode-se citar Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, etc” (MOURA E SILVA, 2019, p.75).

3.5 - Um balanço da política de Jango e sua relação com os intelectuais formuladores da política educacional deste período.

Os autores acima mencionados elucidam que muitos intelectuais da época (1961-1964) se empenharam em formular propostas para a implantação e funcionamento de um sistema

nacional de ensino mais democrático, popular, dotado de igualdade social e econômica, que formasse cidadãos conscientes de seus direitos e preparados para atuarem no mercado de trabalho, sendo colaboradores no desenvolvimento econômico do país. Estes projetos educacionais eram caracterizados como mais humanistas e inovadores, cuja intenção era combater, de certa forma, o alto índice de analfabetismo diagnosticado no país.

Há, contudo, uma tendência, dentro do senso comum, de fazer uma leitura das cláusulas contidas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961(Lei 4.024/61) de uma forma simplória, que por vias de regras, imprime a ideia de que a LDBEN, apenas, trata-se da Lei que regulamenta o sistema educacional em todos os níveis. No tocante à LDBEN de qualquer governo ou no governo aqui pesquisado, especificamente de Jango, o que não deve desconsiderar é que na elaboração ou na retificação desta, sempre haverá a discussão e disputa ideológica que orbita em torno dos interesses das classes, ou seja, os representantes que propugnam por interesses diversos, participam deste debate acerca da educação e legislam, de certa forma, o que será determinado pelas partes interessadas. Há de se convir que nesta discussão ou disputa educacional, os representantes que são parte da reunião podem elaborar a LDBEN de forma que se tornem favoráveis aos interesses da educação pública e democrática, e assim podem pleitear em prol da população, ou mesmo há os favoráveis à escola privada e católica, como ocorreu à época do governo Jango, posto que Lacerda lutou pelo lado dos privatistas, defendendo seus interesses, com o Substitutivo Lacerda. Para Lacerda, a competência do Estado em relação ao ensino era dar assistência técnica e material às escolas (pública e privada, inclusive). Segundo Saviani (2019) de certa forma houve um certo avanço na constituição da LDB/61 no seguinte aspecto:

[...]o conjunto das leis orgânicas do ensino decretadas entre 1942 e 1946, resultou uma estrutura que previa, grosso modo, um curso primário de quatro anos seguido do ensino médio com a duração de sete anos dividido verticalmente em dois ciclos, o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos, divididos horizontalmente, por sua vez, nos ramos secundário, normal e técnico, sendo este, por seu turno, subdividido em industrial, agrícola e comercial(...)nessa estrutura, apenas o ensino secundário dava acesso a qualquer carreira do ensino superior. Os demais ramos do ensino médio só davam acesso às carreiras a eles correspondentes. Por outro lado, se um aluno quisesse passar de um ramo a outro do ensino médio, ele perderia os estudos já feitos(...)a LDB manteve essa estrutura, mas flexibilizou-a, isto é, tornou possível, que concluído qualquer ramo do ensino médio, o aluno tivesse acesso, mediante vestibular, a qualquer carreira do ensino superior(...) possibilitou o aproveitamento de estudos de modo que determinado aluno pudesse se transferir de um ramo para outro[...](SAVIANI, 2019, p.77-78).

No trecho, Leher cita como Florestan Fernandes fez campanha e lutou em defesa da escola pública no projeto em tramitação da LDBEN de 1961:

A Campanha em Defesa da Escola Pública surgiu no contexto da etapa final da tramitação do projeto de LDB, quando entrou em cena o Substitutivo Lacerda no final de 1958, incorporando as recomendações do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de 1948. Na leitura de Florestan, com o projeto de LDB Clemente Mariano, “os ‘pioneiros da educação nova’ queriam civilizar a sociedade civil(...) acelerar os ritmos e encurtar o tempo das reformas educacionais inerentes à revolução burguesa”, objetivando “a defesa da herança republicana e da filosofia democrática da educação” (FERNANDES, 1963, p. 115).

De toda forma, a LDB aprovada em 1961 expressa basicamente o Substitutivo Lacerda, que Florestan crítica, tanto este substitutivo quanto o posicionamento de Jango em não vetar este certame legislativo. Florestan Fernandes criticou Jango por não ter vetado os piores aspectos privatistas da lei, e explica que “Pouco a pouco os mentores das escolas particulares, sob a liderança e com o apoio influente do clero católico, interferiram na tramitação do projeto de lei, alterando por completo sua orientação e conteúdo” (FERNANDES, 1963, p. 115). Apesar de apresentar esta Cláusula negativa, porém favorável aos privatistas, de certa forma, há de se convir que houve o avanço considerável quando esta referida LDB de 1961 foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação a ser aprovada e promulgada, posto que jaz na função de regularizar o sistema de educação com base nos princípios contidos na Constituição Federal do Brasil. Florestan ainda comenta que: “A Campanha possibilitou a Florestan refinar sua própria elaboração teórica sobre a educação: a instrução vem a ser um privilégio econômico e social sob dois aspectos: da situação de classe das famílias e do grau de prosperidade de cada região da sociedade brasileira” (ibidem, p. 112). É por isso, que ao passo que, Florestan tece críticas no que tange à elaboração desta referida LDB de 1961, também expressa o lado positivo desta quando cita que:

A polêmica sobre a LDB foi, dessa maneira, a primeira grande chance “que tivemos de submeter uma vasta área de nossa vida escolar a uma disciplina nova, mais coerente com as necessidades educacionais fomentadas pela formação e desenvolvimento da sociedade de classes, do regime democrático e da civilização tecnológica industrial no Brasil” (FERNANDES, 1966, p. 130).

É verdade que os defensores da escola pública argumentam que as escolas privadas e confessionais poderiam conseguir recursos privados advindos de empréstimos bancários etc, porém a escola pública só poderia se manter sob a tutela do Estado com verbas orçamentárias oriundas da União. Segundo Memórias da Ditadura:

A LDB entrou na ordem do dia com a apresentação de um projeto substitutivo ao que havia sido encaminhado pelo presidente, de autoria do deputado liberal Carlos Lacerda(UDN). Começava aí uma intensa movimentação entre intelectuais, estudantes universitários, políticos e movimentos sociais em torno das diretrizes e bases da educação, que teve como ápice a Campanha e

Defesa da Escola Pública, liderada por educadores, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros e Florestan Fernandes. Mobilizado em escolas, pelos jornais, junto aos deputados e em caravanas populares pelo país, o movimento levantou-se contra o caráter privatista do projeto de Lacerda, que atendia aos interesses de grupos confessionais e empresariais. Entre várias ações, em 1959 os intelectuais fizeram circular o manifesto “Mais uma vez convocados”, em referência à continuidade do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. Nele defendiam a escola pública, gratuita e laica como fator indispensável para a construção da sociedade democrática. Refutar a acusação de que desejassem o “monopólio do ensino” pelo Estado e denunciavam que o termo “liberdade do ensino” escondia o desejo dos empresários pela “liberdade de comerciar à custa do ensino”. Apesar das fortes mobilizações contrárias, o projeto de Carlos Lacerda foi vitorioso sem maiores alterações, tornando-se a LDB 4.024/61 e consagrando os interesses privatistas. Entre suas disposições, a lei declarou a educação como direito do cidadão, mas não assumiu o compromisso de provê-la a todos. Além disso, favoreceu a iniciativa privada por meio de subvenções e financiamento para a construção, reforma e aquisição de equipamentos para escolas. Ignorando as pautas dos estudantes para a reforma do ensino superior, a lei estabeleceu como diretrizes a flexibilização dos cursos, a previsão de instalação de institutos de pesquisa, a autonomia universitária, a constituição das universidades públicas como autarquias ou fundações e das particulares como fundações ou associações. O presidente João Goulart vetou parcialmente a lei, com destaque para dispositivos que considerava “inconstitucionais ou contrários aos interesses nacionais”.(Extraído do site <https://memoriasdadidatadura.org.br/antes-do-golpe-2/>)

Na elaboração da LDB sempre haverá o jogo de interesses, posto que diversos setores da sociedade disputam privilégios. Mas o que há de se considerar é que nesta foram discutidas as competências normativas sobre a educação que segundo Heymann (ANO?,s/p) permitiram a cooperação entre os entes federais, estaduais e municipais simultaneamente, ou seja, estes entes legislam sobre a mesma matéria educacional a fim de que se cumpram os objetivos educacionais, principalmente no que tange ao Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministério da Educação e aprovado pelo conselho de ministros (BRASIL, 1962, p. 14). Anísio Teixeira, defensor incansável da escola pública afirmou: “Meia vitória, mas vitória” (SAVIANI, 2019, p.77).

É importante explicar que, no governo do presidente Dutra, em 1946, foi elaborada, na nova Constituição Federal, a LDB, cujo objetivo era configurar e reformular o sistema nacional de ensino que representaria um avanço democrático. Contudo, a LDB somente fora aprovada em 1961, no Governo Jango, devido a movimentação deflagrada pelos intelectuais, pelos estudantes universitários nos institutos de pesquisa, nos movimentos sociais e no Congresso Nacional; sobretudo porque este projeto educacional, embora nos marcos liberais, estava calcado na defesa da escola pública, gratuita e laica, ou seja, reacenderam as ideias da escola

nova, representada pelos intelectuais da educação, que visavam construir uma sociedade mais democrática e igualitária em direitos sociais e econômicos. A LDB 4.024/61, estabelece a educação como direito do cidadão, sem, contudo, assumir o compromisso de provê-la a todos os cidadãos do país, o que significa não cumprir a lei de fato e na prática, somente ficando na letra da Lei. A mesma LDB de 1961, ignorou as reivindicações dos estudantes no que tange a reforma do ensino superior, mas, por outro lado, permitiu a flexibilização dos cursos, a instalação dos institutos de pesquisa, a (incompleta) autonomia universitária (pois manteve formas heterônomas de nomeação dos reitores), a constituição das universidades públicas como autarquias ou fundações e, no caso das privadas, como fundações ou associações. No portal do Projeto Memórias da Ditadura descreve que:

[...] Apesar de ter adotado tais medidas repressivas, o presidente João Goulart não se opunha à expansão das vagas no ensino superior e tampouco ficava indiferente às pautas do movimento estudantil. Tanto o Plano Trienal de Educação, lançado em 1963, quando o Programa Nacional de Matrículas, de 1964, previam investimentos e medidas para que as faculdades das áreas de Saúde e de Tecnologia duplicassem as matrículas nas séries iniciais. Outra medida para facilitar o acesso foi a unificação dos vestibulares. No conjunto das Reformas de Base, a reforma educacional foi incluída, encampando propostas da UNE, tais como o fim da cátedra nas universidades, a democratização do acesso ao ensino superior e a maior participação dos estudantes nos colegiados. O Plano Trienal foi uma proposta elaborada por Celso Furtado que visava combater a inflação e fazer o Brasil crescer a uma taxa de 7% ao ano, além de iniciar uma política de distribuição de renda. A execução do Plano Trienal partia do princípio de substituição das mercadorias importadas por mercadorias nacionais, feita de forma gradual. Acreditava-se, assim, que a valorização da mercadoria interna ajudaria a aquecer o mercado nacional e alavancar a economia. O Plano Trienal de Educação, que deveria constar do planejamento geral do governo para o período de 1963 a 1965, e previa a aplicação de recursos nos três níveis de ensino em montantes mais substanciais do que aqueles garantidos pela legislação – 12% da receita tributária em 1963, 15% em 1964 e 20% em 1965. (Projeto Memórias da Ditadura, ANO?, s/p).

Para Santos (2019), tanto Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro idealizaram a Universidade de Brasília (UnB) na expectativa de articular ensino, pesquisa e extensão e democratizar a política universitária, com eleições para cargos diretivos. Segundo Santos (ibid, p.11) é neste dado momento que se desvelam as afinidades existentes nestes grandes expoentes que atuaram no governo de Jango, entre os anos de 1961 à 1964, como, Celso Furtado, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, e como estes se aproximaram de um projeto político nacional-desenvolvimentista. Para tanto, estes planos educacionais deveriam operar na lógica de gerar o desenvolvimento na busca do progresso, este percebido com base em sua soberania nas tentativas do fortalecimento da economia interna, investimentos na ciência e tecnologia e na

universalização da educação. Em relação ao Plano Nacional de Educação e o Plano Trienal de Educação Santos explica que:

[...]não havia conflito entre as intenções dos planos educacionais, há, sim, enfoques diferenciados. Se o PNE-1962 concentrou suas responsabilidades em estabelecer um sistema de financiamento e de competências das unidades da federação, o PTE-1963 aprofundou o diagnóstico da situação educacional brasileira, propondo diretrizes de governo, considerando as metas definidas pelo PNE-1962 – ampliação das matrículas para o ensino primário e definição de uma política de formação e valorização do magistério, além do cuidado em definir uma política nacional para ciência e tecnologia. Se o PNE estabeleceu o tempo de oito anos para o cumprimento das metas, o Plano Trienal de Educação limitava-se ao período de três anos, o tempo previsto constitucionalmente de permanência de João Goulart na presidência da República. Como plano de Estado, o PNE se estenderia por mais tempo do que o Plano Trienal de Educação, este como plano de governo de João Goulart. Definido com base em metas qualitativas e quantitativas, o PNE-1962 propôs objetivamente os compromissos das unidades da Federação e suas responsabilidades com a educação nacional. Como metas qualitativas para o ensino primário, estabelecia matrícula até a 4ª série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos e matrícula na 5ª e na 6ª série de 70% da população escolar de 12 a 14 anos”[...]”(SANTOS, 2019, s/p)

O objetivo do PNE em 1962 era cumprir as metas ali estabelecidas até 1970, como proporcionar à população a educação, principalmente no que tange ao ensino primário, nas faixas etárias de sete aos onze anos. Nesta época constatou-se que existiam muitos jovens e adultos analfabetos nas regiões do Nordeste e em outras regiões do território brasileiro, por isso uma das metas do PNE-1962 ressalta a importância de formar professores primários. Santos ainda complementa que:

[...]O Plano Trienal de Educação (PTE), complemento do Plano Trienal de 1963-65, foi a expressão principal do governo João Goulart como orientação das políticas sociais inseridas nas bandeiras das reformas de base. Concebido por San Tiago Dantas e Celso Furtado, ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, teve o desenvolvimentismo como princípio norteador do planejamento, compreendendo a educação como elemento estratégico para a economia do país. No título introdutório do PTE-1963, ficou evidente a inserção do pensamento de Celso Furtado. Na primeira parte, o plano dedicou-se a um diagnóstico, pautado em dados estatísticos, sobre as condições da educação nacional. Intitulado 'Pré Investimento para o aperfeiçoamento do fator humano', analisou a matrícula nos vários níveis de ensino. O detalhamento dos dados sobre ingressantes e concluintes demonstra as possibilidades de ampliação de matrículas, aspecto também abordado pelo PNE-1962. (SANTOS, 2019, p.14).

Santos (ibidem, p.14) ainda cita as diretrizes gerais contidas no PTE-1962, destacando os princípios norteadores para a educação nacional como:

[...]1–A responsabilidade educacional sendo entendida para o desenvolvimento dos recursos humanos da sociedade brasileira; 2 – A escola sendo reconhecida como instituição mantenedora da cultura e promotora do desenvolvimento. Nessa perspectiva, ao se utilizar o termo ‘sociedade em

mudança’, revela-se a interpretação de que o Brasil e suas estruturas sociais e econômicas estavam em transição, do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. No capítulo sobre Ciência, o Plano Trienal de Educação sinalizou com maior ênfase às estratégias do nacionalismo-desenvolvimentista no tratamento de uma ação efetiva da ciência e da tecnologia do país: 1 – O MEC deveria influir, ‘de modo decisivo, prioritário e imediato’, a partir das universidades, escolas superiores e institutos técnicos, para o desenvolvimento científico e do ensino de ciências; 2 – A necessidade primordial do aumento do número de cientistas e técnicos qualificados nas escolas superiores e nos estabelecimentos de pesquisa fundamental e aplicada; 3–A criação de um programa especial de incentivo ao desenvolvimento científico nacional; 4–A renovação e ampliação dos quadros docentes das escolas superiores via concurso de pesquisadores; 5 – Atenção especial aos cursos de pós-graduação, buscando o financiamento e a manutenção dos equipamentos básicos, o contrato de professores nacionais ou estrangeiros e bolsas para estudantes (BRASIL, 1962, p. 15).”

Cabe dizer que outra figura importante existiu dentro do período do governo de Jango, que foi Júlio Sambaqui, o último ministro da Educação e Cultura do governo de Jango, cuja gestão foi marcada pelo incentivo ao programa de alfabetização de jovens e adultos baseado no Método Paulo Freire. Heymann ainda complementa que na etapa do ensino primário, médio e superior:

[...]este promoveu a suplementação do salário dos professores do interior para evitar o abandono do ensino, bem como campanhas intensivas de formação e aperfeiçoamento do magistério, entre outras iniciativas. Na área do ensino médio, desenvolveu a Campanha para Formação Intensiva da Mão-de-Obra Industrial, tendo em vista a preparação de operários para a indústria. Em relação ao ensino superior, duplicou o número de vagas nas faculdades visando ao aproveitamento integral dos candidatos aprovados nos exames vestibulares. Com essa medida, buscava resolver a grave crise que o problema dos excedentes vinha gerando nos meios estudantil e universitário. Com o golpe militar que depôs João Goulart, em abril de 1964, Júlio Sambaqui foi exonerado do ministério e as iniciativas renovadoras de sua gestão, suspensas (HEYMANN, ANO?, s/p).

Santos (2019) ainda observa que o Plano Trienal da Educação é elaborado sob a égide do pensamento desenvolvimentista, sobretudo porque valoriza e prestigia uma política de ciência e tecnologia, que vincula ao fator da valorização do cidadão, ou seja, que esta política, que provém da educação, partisse da formação do fator humano, garantindo um futuro de cidadãos cientistas e intelectuais, e uma sociedade que tivesse a conscientização de investir em centros tecnológicos que garantem um fator de impulsão do desenvolvimento do país. Segundo Santos (ibidem, p.16) “O PTE-1962 não propõe uma cisão entre a lei nº 4.024/61 e o Plano Nacional de Educação, reconhecendo a trajetória e a preocupação por garantir a educação como elemento fundamental do desenvolvimento [...]”.

De acordo Moreira (2011, p.239), fica configurado que o Plano Trienal significa a adesão de um novo modelo de orientação da política econômica do governo, o qual estabelece regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e do refreamento do crescimento inflacionário. É definido, em linhas gerais, como um conjunto de reformas arquitetado por Celso Furtado, Ministro para assuntos de desenvolvimento econômico, cujos objetivos a serem alcançados seriam: o crescimento, a estabilidade interna e externa, a distribuição de renda e o fortalecimento do papel do Estado. O Plano Trienal consistia na tentativa de corrigir os desequilíbrios regionais através do melhor aproveitamento dos recursos naturais, os quais contribuíram a fim de dirimir as disparidades regionais por meio da descentralização de investimentos. Já a Reforma de Base, da gestão João Goulart, continha as seguintes diretrizes: a Reforma Administrativa, a Reforma Bancária, a Reforma Fiscal e a Reforma Agrária. Este plano visava contemplar mudanças no que se refere: ao investimento para ampliação do conhecimento dos recursos naturais, a intensificação do processo de substituição de importação em bens intermediários, os investimentos estatais em infraestrutura como transporte, comunicação e energia, no desenvolvimento das atividades agrícolas e de abastecimento, o financiamento agrícola, o combate ao latifúndio improdutivo, a substituição de importação de equipamentos agrícolas, o desenvolvimento nas atividades industriais com ênfase na substituição de bens de capital e investimento em bens intermediários, e no que tange à área da educação, o plano visava o aperfeiçoamento do fator humano.

Segundo Castro (2019, p.38), o Plano Trienal na parte que se refere ao atendimento das diretrizes educacionais, além de possuir um caráter nacionalista, suas medidas eram voltadas ao aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro, quando coloca em prática o plano de incluir a regularização da matrícula por idade no nível primário, começando aos sete anos, sobretudo permitindo que houvesse a flexibilização e classes de recuperação para crianças de idade superior. Vale destacar outra medida citada pela autora, onde se planeja aumentar o número de docentes, colocar o regime trabalhista dos educadores em dedicação exclusiva no Ensino Superior, incentivar na edição de livros textos nacionais e na manutenção dos periódicos técnicos e científicos. A Reforma do Ministério da Educação e Cultura visava centralizar o planejamento e a execução da nova política educacional. O plano previa a formação de fundos com recursos da União, fornecidos pelos Estados e Municípios, como ajuda financeira para o desenvolvimento do ensino primário e médio.

Neto (2011) explica que no Plano Trienal de Educação o objetivo era proporcionar o acesso à educação transformando e expandindo a escola a fim de atender às novas demandas da sociedade em transformação. O objetivo era construir prédios escolares, aperfeiçoar e

reestruturar o magistério, fomentar o desenvolvimento científico e o ensino das ciências qualificadas no Ensino Superior. A LDB de 1961 tornou-se possível mediante o trabalho conjunto com os entes federais, estaduais e municipais, em regime de colaboração a fim de atender os termos do Plano Nacional de Educação (PNE) que foi elaborado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), homologado pelo Ministro da Educação do período em vigência, e conseqüentemente aprovado pela Comissão de Ministros (NETO, 2011, p.13-16) do período do governo de João Goulart.

No setor educacional, o governo tinha como princípios básicos a democratização da cultura e da habilidade profissional, posto que o objetivo era alinhar o sistema educacional brasileiro às necessidades do desenvolvimento do país, e assim, imprimir características científicas mais avançadas, sobretudo porque o setor educacional faria parte da reforma de base planejada no governo de João Goulart (MOREIRA, 2011, p.206). Como é dito nas palavras do presidente João Goulart:

[...]a democratização do ensino é condição básica para a continuidade do desenvolvimento econômico, e o próprio funcionamento do regime democrático. Sem sistema escolar que assegure educação às gerações jovens, a participação no processo político, e o domínio das modernas técnicas de produção ficariam restritos à minoria privilegiada que pode frequentar as escolas dos diversos graus [...]” (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1964, p.163).

Nota-se que este referido discurso imprime a ideia da pretensão do governo de empreender reformas na educação brasileira. Uma das premissas incluídas nesta reforma refere-se ao acesso universal e democrático do ensino brasileiro, o qual envolve todos os níveis da educação, desde o ensino primário até a pós-graduação. Pois, uma vez que a população é instruída e tem o acesso a uma formação profissional que a projete a atuar em diversas atividades do mercado, a educação cumpriu um dos seus objetivos, que é formar e preparar o cidadão para o trabalho.

O governo de João Goulart pretendia tornar o ensino primário obrigatório e universal, como já estava previsto constitucionalmente. Ademais, segundo Moreira (2011, p.204), Jango projetava aumentar o número de vagas por volta de mais de 2 milhões na rede da escola primária a fim de expandir o acesso democrático aos estudantes desta etapa e faixa etária. Em 1962-1963, o governo aumentou o repasse de recursos para os Estados e Municípios na área da educação. O Ministério da Educação, de acordo com que Moreira (idem) discorre, estava executando um programa para a construção de salas de aulas, pretendia criar uma política voltada à valorização do salário do professor que atua na rede de escola primária e promover cursos de formação continuada e aperfeiçoamento. Desta forma, a educação seria um dos

vetores que fomentaria o desenvolvimento no país, por isso, esta seria a forma de preparar a população para participar do processo de desenvolvimento econômico.

O governo possuía as seguintes metas no que tange à educação: oferecer seis anos de educação primária a todos os brasileiros das zonas urbanas e quatro anos direcionados às zonas rurais; oferecer a oportunidade de educação ginasial a 40% da população de 12 a 15 anos de idade e 20% da população entre 16 a 18 anos, ou seja, 12 milhões de matriculados na escola primária, 3 milhões no antigo ginásio e 600 mil no atual ensino médio; pois segundo a estatística da época, foram registrados 6 milhões (8,5%) de alunos matriculados no ensino primário; 100 mil (1,2%) matriculados no ensino médio, 93000 (1,3%) matriculados no ensino superior e 2 mil (0,003%) alunos matriculados na pós graduação (MOREIRA, 2019, p.206-209).

O governo utilizaria o método de alfabetização do grande educador, Paulo Freire, para alfabetizar os Jovens e Adultos nos círculos de cultura popular, com o objetivo de instruí-los, prepará-los e profissionalizá-los para atuarem no mercado de trabalho, além de conceder educação à população, maximizaria o número de eleitores, o que concederia ao povo o direito de votar, dentre outros direitos. Para tanto, seria necessário iniciar campanha através dos recursos de comunicação, como o sistema midiático, como TV e rádio, que serviriam para educar a população com base na crença de que este meio de comunicação alcançaria a maior parcela da população que necessitava ser alfabetizada. Pretendia-se utilizar a formação através de círculos de cultura, utilizando mais de trinta e cinco mil projetores a fim de repassar conhecimento à população menos instruída até então. Esta foi a forma que o governo encontrou de alcançar a meta de alfabetizar pelo menos cinco milhões de brasileiros, os quais não possuíam condições culturais para participar do sistema de produção. Fávero (1973) explica a origem do Movimento de Educação de Base, as regiões alcançadas e os objetivos de sua criação na citação abaixo:

Criado pela Igreja católica, por meio da CNBB, em março de 1961, o MEB foi prestigiado pelo governo federal, através de decreto da Presidência da República, e apoiado por vários convênios, particularmente pelo convênio com o Ministério da Educação e Cultura e com o Ministério da Saúde. Seu objetivo primeiro era desenvolver um programa de educação de base, através de escolas radiofônicas, principalmente nas zonas rurais das áreas subdesenvolvidas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Naquela época, a educação de base era entendida como o mínimo fundamental de conhecimentos teórico-práticos, imprescindíveis às populações pobres das regiões atrasadas para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao desenvolvimento. Esses conhecimentos eram definidos em termos de necessidades individuais, mas equacionados como problemas da coletividade, encaminhando o que se convencionou chamar de “desenvolvimento e organização de comunidades”. A educação de base fazia parte do ideário da

UNESCO, em seus programas de educação para os povos subdesenvolvidos, e havia sido introduzida no Brasil a partir de 1947 pela CNAE e pela CNER, criada pelo Ministro de Educação e Saúde em 1952, ambas com atuação significativa até meados dos anos de 1950 (FÁVERO, 1973, p.3).

Outro objetivo que o governo pretendia alcançar na educação era em relação ao acesso democrático da população da faixa etária que correspondia à escola de nível médio, ademais pretendia imprimir novo sentido ao ensino destes jovens, configurando um tipo de ensino que os habilita para o trabalho, ou seja, transformar a escola num centro de educação para o trabalho. O governo tinha o objetivo de instalar novas unidades escolares técnicas e profissionalizantes a fim dos professores ministrarem cursos que preparam os cidadãos e os qualificam para atuarem no setor de comércio, agrícola e industrial, além de ofertá-los em diversos horários, como o vespertinos e noturnos, a fim de alcançar os alunos com restrição em estudar em determinados horários, pois a meta do governo era no período de vinte meses formar cinco mil trabalhadores qualificados para atuar nos mais diversos tipos de atividades (MOREIRA, 2019, p.206-209).

Outro objetivo seria a garantia de matrícula aos alunos aprovados que iriam cursar a formação profissional, pois havia um limite de vagas ofertadas aos estudantes que restringia o acesso. É nesse sentido que o governo, por meio do Decreto 53.653, artigo 168, inciso III estabelece a obrigatoriedade por parte das empresas industriais, agrícolas e comerciais em que trabalham mais de cem pessoas, de garantir o ensino primário gratuito para seus empregados e filhos (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1964). Estes objetivos iriam operar em prol de uma melhoria nas condições de emprego, profissionalização do cidadão e conseqüentemente na mão de obra qualificada, o que condicionava um melhor desenvolvimento no país por intermédio da educação.

De acordo com Moreira (ibidem, p.206-209), o Ensino Superior formaria um corpo de técnicos de alto nível, voltados a atender às necessidades de desenvolvimento no campo científico e industrial. Para tanto, necessitaria reformular os currículos dos cursos das universidades, duplicar o número de matrículas dos aprovados no vestibular, pelo Decreto 53.642 de 28 de fevereiro de 1964, o qual estabeleceu uma conexão entre as universidades e o sistema de produção. Com isso, o governo teria o dever de estimular e amparar os institutos de pesquisa integrando a sua atividade no esforço de renovar as indústrias com os inventos dos laboratórios de pesquisa, por isso criou o Decreto 50.819 que estabelece a criação do Serviço Nacional de Assistência dos inventores (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 194, 1964, p.176). O governo pretendia em 1964 criar um programa voltado à pesquisa das mais distintas áreas como: pesquisa da oceanografia e pesquisa da biologia marinha; pesquisas

espaciais, pesquisas da astronomia e da astrofísica; pesquisa da matemática pura e aplicada; pesquisas físicas, dentre outras tantas áreas. (MOREIRA, 2011, p.209,299).

Em suma, as políticas planejadas em prol de uma educação democrática, foi uma das causas que acabou levando o país ao golpe militar de 1964, que abortou então, praticamente toda a proposta educacional empreendida pelo governo Jango e elaborou uma de sua própria lavra. Isto tudo não invalida a proposta educacional do governo João Goulart, e qual uma semente hibernando, voltou a brotar em diversos momentos da retomada da democracia no Brasil pós golpe de 1964.

Considerações Finais:

O pensamento nacional-desenvolvimentista foi compartilhado e elaborado por intelectuais e articuladores da educação e da economia como Celso Furtado, Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, os quais entendiam a educação como um elemento de fomento que contribui no crescimento do país.

O Plano Trienal da Educação, o Plano Trienal, as Reformas de Base, a aprovação da LDBEN de 1961, O PNE/62, o CNE, o CFE, os Movimentos de Educação Popular e o Plano Nacional de Alfabetização representaram a marca do governo de João Goulart.

Protagonistas como os intelectuais já citados, San Tiago Dantas e Celso Furtado colocaram o pensamento desenvolvimentista como princípio norteador do planejamento de reformas econômicas, sociais, políticas e educacionais, compreendendo a educação como elemento e elo de conexão estratégico que contribui para o desenvolvimento do país em todos os aspectos.

É importante neste estudo produzir um balanço reflexivo dos desfechos políticos, econômicos, sociais e principalmente educacionais da era Jango, especificando seus pontos positivos e negativos. O governo Jango também é marcado pelo seu caráter populista (governo populista) que deliberou instaurar a democracia no país e outorgar o acesso do direito à educação, ao voto, saúde etc. Jango incumbiu Celso Furtado de orquestrar o Plano Trienal, cujo objetivo era estabelecer uma política de congelamento nos gastos públicos, redução da inflação e de crescimento econômico, por meio da realização das Reformas de Base, que incluía as reformas agrária, bancária, eleitoral, universitária, da legislação sobre o capital estrangeiro, urbana e a tributária. O Plano Trienal agregou um grande significado quando, em seu arcabouço, objetivava arrancar o país da situação de inflação e crise financeira que se encontrava.

Celso Furtado presidiu o grupo misto da CEPAL, criou a SUDENE, o Plano Trienal, as Reformas de Base e o Plano Trienal de Educação. Paulo Freire instituiu o Plano Nacional de Alfabetização, participou dos círculos de cultura e dos movimentos de educação popular, criou o Método de Alfabetização Paulo Freire, experimentado em Angicos (RN) e em João Pessoa com muito êxito, o qual foi difundido em outros estados. Cabe aqui dizer que isto contribuiu com as propostas políticas de Jango no combate ao analfabetismo, o que aumentou de fato, o número de eleitores no país. Anísio Teixeira participou dos debates na LDBEN de 1961 (Lei 4.2024/61) e da criação da UnB junto com Darcy Ribeiro e foi reitor desta mesma instituição. Darcy Ribeiro, além de criar a UnB, assumiu os cargos de Ministro da Educação e Cultura e Chefe do Gabinete Civil. Estes protagonistas formularam o projeto de nação como uma política de Estado e de governo, cuja perspectiva era utilizar a educação, como forma de mobilizar a consciência e as lutas sociais a fim de que os cidadãos se tornem sujeitos críticos, reflexivos, e que a educação seja o elemento promotor e contribuidor do fomento econômico e social no país. Cabe aqui dizer que estes protagonistas da educação compreenderam, de forma congruente, que a educação é um elemento que promove o desenvolvimento nacional e se conecta com o pensamento desenvolvimentista. Estes intelectuais planejaram políticas educacionais no governo Jango a fim de outorgar o direito à educação universal de forma democrática aos cidadãos.

É pertinente e necessário tecer um balanço sobre as políticas educacionais do período do governo Jango, elencando nesta análise, alguns dos seus aspectos positivos e negativos. A primeira análise necessária é sobre o que avançou e recuou na elaboração e aprovação da LDB/61. É notório que na elaboração da referida LDB/61 ocorreu o debate e embates entre privatistas (Lacerda) X publicistas (defensores da escola pública que participaram do debate como, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, San Tiago Dantas, Darcy, dentre outros). Sendo que uma das questões discutidas na elaboração da LDB foi sobre o investimento das verbas públicas, se estas seriam destinadas apenas à manutenção técnica e material das escolas públicas ou se seriam concedidas de igual modo ao setor privado. Na concepção dos defensores da escola pública, a apreciação e aprovação pelo plenário do Substitutivo Lacerda, foi considerado um dos aspectos negativos constitutivos da LDB/61. No entanto, há de se considerar que apesar desta aprovação beneficiar os interesses dos privatistas; por outro lado, um dos pontos positivos a ser destacado foi que o debate possibilitou a participação democrática e reuniu vários setores da sociedade como, os movimentos sociais, os intelectuais, os políticos, os empresários, os estudantes universitários, jornais, dentre outros; a fim de discutir os pontos norteadores da política educacional. Este aspecto mostra a pluralidade de

opiniões presentes no debate na elaboração da LDB/61. Cabe aqui ressaltar outro ponto positivo, quando se trata da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação a ser aprovada e promulgada no país, esta que foi instituída na função de regularizar o sistema de educação com base nos princípios contidos na Constituição Federal do Brasil. Um aspecto negativo da política educacional de Jango foi quando não quis vetar as propostas mais privatistas do substitutivo Lacerda, que tramitou no plenário do Congresso Nacional, à época. Anísio Teixeira analisa que a LDBEN/61, de certa forma, significou uma meia vitória do movimento dos educadores em defesa da escola pública, embora alguns dispositivos assegurem verbas públicas para o ensino particular. O Conselho Federal de Educação (CFE) ficou com a competência de elaborar o plano de aplicação de cada fundo. O CFE foi criado pela LDBEN/61 substituindo o Conselho Nacional de Educação (CNE) e instalado em 12 de fevereiro de 1962, sob a liderança de Anísio Teixeira, considerado um dos protagonistas do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. O documento estabelece que a União terá a incumbência de aplicar recursos anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, com o repasse de 12% de sua receita recolhida de impostos, sendo que cumpre aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de destinar 20%, de forma complementar e suplementar, ao Fundo Nacional do Ensino Primário, Ensino Secundário e do Ensino Superior deveriam ser aplicados nove décimos. O objetivo do Plano Nacional de Educação (PNE) de 1962 era cumprir as metas ali estabelecidas até 1970, a fim de proporcionar à população a educação, principalmente no ensino primário, nas faixas etárias de sete aos onze anos. Outro ponto positivo da LDBEN/61 é que uma das cláusulas aprovadas continha um artigo que permitia ao aluno que concluísse seus estudos em qualquer ramo do ensino médio, tivesse a possibilidade de prestar o vestibular para qualquer área, e ainda assim, haveria o aproveitamento de estudos sem transferir o aluno de um ramo para outro.

Cabe aqui tecer uma análise como os círculos de cultura e suas propostas educacionais lograram êxito nas camadas populares que dantes não eram alcançadas pela educação. A partir de 1962 o Movimento de Educação Popular (MEB) passa a adotar o método de alfabetização de Paulo Freire com o público de jovens e adultos a fim de aproximar o ensino das realidades das comunidades rurais e da luta deste povo pela sobrevivência. Já o CPC UNE se preocupou num ensino calcado na cultura popular a fim de desenvolver a consciência social e de classe dos trabalhadores rurais, atuando nas campanhas de alfabetização, com o objetivo de lutar pela transformação da realidade brasileira. Paulo Freire ainda criou o Método de Alfabetização Paulo Freire utilizado nestes círculos de cultura. Nos círculos de cultura, estruturaram o ensino voltado a este público, da seguinte forma: utilizaram os recursos de comunicação como a TV, o rádio, os projetores, e outros recursos a fim de disseminar o ensino a esta população

desprovida de acesso à educação. O objetivo era alfabetizar pelo menos cinco milhões de brasileiros, sendo considerado um dos pontos positivos e de avanço na educação brasileira.

É necessário analisar e fazer um balanço sobre o Plano Trienal de Educação do governo Jango e o que as diretrizes deste plano representaram na educação, o que avançou e por que este plano não obteve o êxito esperado. Celso Furtado criou o Plano Trienal de Educação, onde o relator era Anísio Teixeira. Este plano foi elaborado após a promulgação da LDBEN de 1961. O objetivo deste plano era aplicar os recursos financeiros arrecadados (receitas) pelos entes federados na manutenção técnica e material nas diversas etapas do ensino. Os objetivos do plano foram: ampliar o número de matrículas em todas as etapas de ensino, desde o ensino primário até a pós-graduação; investir no ensino parcialmente para educação especial, cegos e surdos, investir na formação e aperfeiçoamento do cargo de magistério, conduzir o investimento de verbas públicas em manutenção, instalação de equipamentos, construção de escolas e obras nas escolas públicas, e ainda consistia no pré-investimento para aperfeiçoamento do fator humano. O Plano Trienal de Educação, tinha a função de desarraigá-lo para as elites do país. Cabe explicar que o Plano Trienal de Educação do período 1963-65, que foi elaborada com base nas metas aprovadas no PNE/62, estabeleceu um sistema de financiamento e de competências das unidades da federação, ou seja, estabeleceu o percentual de repasse dos recursos públicos que seriam investidos na manutenção técnica e material das escolas.

O objetivo do governo era lograr reformas substantivas no espaço educacional, porque propôs oferecer o ensino primário a estudantes das zonas rurais e urbanas, oferecer aos alunos oportunidade de educação ginásial a 40% da população de 12 a 15 anos de idade e 20% da população entre 16 a 18 anos, configurando um tipo de ensino que os habilita para o trabalho, transformando a escola num centro de educação para o trabalho. Outro objetivo foi criar uma política nacional e decretos favoráveis ao avanço da ciência e tecnologia em distintas áreas do saber do ensino superior e valorizar o corpo técnico das universidades. O governo tinha o objetivo de instalar novas unidades escolares técnicas e profissionalizantes a fim dos professores ministrarem cursos que preparam os cidadãos e os qualificam para atuarem no setor de comércio, agrícola e industrial, além de ofertá-los em diversos horários, como o vespertinos e noturnos, direcionados aos alunos com restrição de continuar a estudar em determinados horários, posto que a meta do governo era no período de vinte meses formar cinco mil trabalhadores qualificados para atuar nos mais diversos tipos de atividades. Estes objetivos iriam operar em prol de uma melhoria nas condições de emprego, profissionalização do cidadão

e conseqüentemente na mão de obra qualificada, o que condicionava um melhor desenvolvimento no país por intermédio da educação.

É nesta seara, que João Goulart, em seu mandato presidencial, na tentativa de desenvolver o país e torná-lo independente de países hegemônicos no período de guerra fria, instituiu cargos políticos a estes intelectuais, no que tange às áreas econômica e educacional, a fim de que estes se propusessem a criar mecanismos e dispositivos legais que lograsse à população o acesso à educação, e assim, estes se tornassem cooperadores do projeto de nação que visava lograr o desenvolvimento no país. No entanto, o Plano Trienal de Educação, apesar de apresentar propostas de grande envergadura, que proporciona a educação gratuita, contribuiria no fomento do desenvolvimento nacional. No entanto, o golpe de 1964 abortou todo o projeto arquitetado pelos intelectuais da educação do governo Jango, propondo projetos educacionais de sua própria lavra que endossa o recuo tanto nas políticas econômicas, sociais e educacionais.

A política educacional adotada nesse período, tinha o objetivo de promover o acesso à educação de forma democrática e igualitária a todos os cidadãos, para que desta forma, se criem sujeitos conscientes, críticos e reflexivos; que lutem pelo acesso universal à educação, posto que a educação era vista como uma forma de fomentar o desenvolvimento nacional sem necessitar dos países desenvolvidos.

Os dois planos (Plano Trienal e Plano Trienal de Educação), a LDBEN/61, as Reformas de Base, que contemplavam também mudanças na política educacional, adotados neste período do governo de Jango foram de extrema importância, quando o objetivo era alcançar o fomento econômico e educacional simultaneamente. Infelizmente, o economista Celso Furtado, os intelectuais da educação e Jango foram cassados pelo governo militar, e este projeto não pôde alcançar o êxito esperado, também porque a perspectiva do capitalismo monopolista e as frações burguesas dominantes não encamparam o aprofundamento do modelo de Industrialização por Substituição das Importações, impondo, pela força militar, a interrupção das bases educacionais do projeto de nação prendido. Segundo Saviani (2007):

o texto do PNE-1962 serviu de inspiração para que 34 anos depois, no governo de Fernando Henrique Cardoso, fosse promulgada a lei nº 9.424, de 24/12/1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. A lógica dos percentuais distribuídos entre os entes federativos, pensada por Anísio Teixeira, manteve-se como orientação também na substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, lei nº 11.494, de 20/06/2007, promulgada no governo Lula (SAVIANI, 2007, p.).

Vale dizer que esses intelectuais viam a educação como promotora e formadora, por excelência, de sujeitos qualificados que lograssem a ascensão social e profissional. Mesmo depois de anos a fio, essa política voltou aos poucos por diversos governos sob a égide de governos democráticos que se seguiram ao período ditatorial inaugurando a chamada nova república.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, J. A(Org.) **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Volume I : Crescimento, Modernização e Política Externa. 2.ed. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2006.

ALONSO, Antonio. **Há 56 anos, o Brasil de Jango adotava o método Paulo Freire**. In: Fundação Perseu Abramo. 2019. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/07/16/ha-56-anos-brasil-de-jango-adotava-metodo-paulo-freire/>> Acesso em: 21 Set. 2021.

AZEVEDO, F. Manifesto; ENTREV. VENÂNCIO FILHO, A. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>> Acesso em: 12 Jan. 2022.

BARBOSA, J. L. A. **Furtado e a educação pela pedra, entranhada**. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 65-83. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/s5gx2/pdf/sousa-9786586221695-06.pdf>> Acesso em: 01 Mar. 2022.

BASTIAN, Eduardo F. **O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo**. Est. Econ. São Paulo., vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/SD7xxWqDKJWBDMw6nJYyBTM/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 28 Fev. 2022.

BOMENY, Helena. **O sentido político da educação de Jango**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango> Acesso em: 16 de Set. 2021.

BORDIGNON, Genuíno., QUEIROZ, Arlindo., GOMES, Leda. **Planejamento Educacional no Brasil**. In: FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação (PNE) 1961**.<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf> Acesso em: 10 Mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 53.465 de Janeiro de 1964. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de Janeiro de 1964. Seção 1, p. 259-513. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.htm>> Acesso em: 22 Fev. 2022.

BRASIL. Constituição (Ministério da Educação e Cultura, 1962). Decreto 51.470, de 22 de Maio de 1962. Diário Oficial, Poder Executivo, Brasília, DF. Plano Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 1962. p.69 e 71. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/5/1962, p. 566.

BRASIL. Decreto Federal nº 51.814, de 8 de março de 1963 (Ministério da Educação e Cultura, Plano Trienal de Educação de 1963). Diário Oficial da União, Seção 1, 14 de Março de 1963, Página 2753. Brasília. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001498.pdf>> Acesso em: 10 Mar. 2022.

BRASIL. Portaria Ministerial nº195 de 18 de Junho de 1963. Prefeitura Municipal de Natal, Secretaria de Educação Cultura e Saúde. Comunicação ao I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular. Recife: 1963.

BRASIL. Lei 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 01 Mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 51.470, de 22 de Maio de 1962 (Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação, 1962). Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/5/1962, p.5367. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51470-22-maio-1962-391117-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%2C%20no%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,Analfabetismo%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>> Acesso 01 Mar. 2022.

CASTRO, Bianca Fernandes Arouca. **As Reformas estruturais do Plano Trienal e do PAEG: uma visão comparativa.** (Monografia em Economia) - Curso de Ciências Econômicas. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

Conferência de abertura Cátedra Celso Furtado (CBAE), 3 de Novembro de 2021 - Celso Furtado como Educador. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uQqvXshdWIM>> Acesso em: 03 Nov. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Org.) **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** In: Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6729/13.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02 Mar. 2022.

DELGADO, Lucília Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.** ed. Tempo, Niterói (RJ), v.14, n.28, p.125-145, jan-jun 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>> Acesso em: 17 Fev. 2022.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_freire> Acesso em 21 de Setembro de 2021.

DORIGÃO, Antonio Marcos. **Darcy Ribeiro e a reforma da universidade: autonomia, intencionalidade e desenvolvimento.** (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015. Maringá, 2015.

FARIA, Nathália Rodrigues. **O Governo João Goulart e os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Conscientização e Independência Política Internacional.** In: XV Encontro Regional de História, Anpuh, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338387875_ARQUIVO_GovernoJoaoGoularteMovimentosdeEducacao-NathaliaRodrigues.pdf> Acesso em 21 de Setembro de 2021.

FÁVERO, Osmar e Soares, Leôncio (orgs). I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Brasília: MEC, 2009.

FONSECA, Maria Verônica Rodrigues. **Entre especialistas e docentes: percursos históricos dos currículos de formação do Pedagogo na FE/UFRJ.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2008.

Disponível em:

<https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/dissertacao_maria_veronica_rodrigues_da_fonseca.pdf> Acesso em: 19 Jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42.ed. Paz e Terra. RJ, 2005.

_____. **Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo.** Estudos Universitários. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, nº4,abr/jun, 29-38.1963.

FURTADO, Celso. **Obra Autobiográfica de Celso Furtado.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.** Arquivos Celso Furtado, volume 4, Contraponto, 2011.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Desafios e rumos da política educacional.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios_e_rumos_da_politica_educacional> Acesso em: 18 Out. 2021.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e a defesa da Educação Pública.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out.-dez, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400013>> Acesso em: 01 Mar. 2022.

MARRACH, S. **Outras histórias da educação: do Iluminismo à Indústria Cultural (1823-2005).** 1.ed. São Paulo. UNESP, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica.** Rev. Brasileira de História, São Paulo, v.28, n.55, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n55/a12v28n55.pdf>> Acesso em: 18 Fev. 2022.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências Econômicas. UFGRS, Porto Alegre, 2011.

MOURA, G. **Avanços e recuos na Política Exterior de JK**. In: GOMES, A.C(Org). O Brasil de JK. FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, p.23-43, 1991.

Moura, W. R. de, & Silva, N. A. da. (2019). **Modelo Universitário herdado pela ditadura: a Reforma Universitária de 1968 e os movimentos estudantis**. . Rev. Discente de História da UFAC, Das AMAZÔNIAS, Rio Branco – Acre, v.2, n.1, (jan-jul) p.1-81, 2019.
Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3069/1875>>
Acesso em: 13 Jun. 2021.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Darcy Ribeiro**: In: Coleção Navegando pela História Brasileira. Rev. Educação nº 34. PR. 2006. Disponível em:
<<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/darcy-ribeiro>> Acesso em 18 Out. 2021.

NETO, Francisco José Lobo (2018). **Um Plano para a Educação Brasileira: o Plano Trienal de Educação (1963-1965)**. Rev. Trabalho Necessário, Volume 9, nº 12, 2011.
Disponível em:<<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6156/5117>> Acesso em: 27 Nov. 2021.

PALMA FILHO, J.C. (Org.). **A Educação Brasileira no Período 1960-2000: de JK a FHC**. In: Pedagogia Cidadã Cadernos de Formação. História da Educação. 3.ed. São Paulo. PROGRAD/UNESP e Santa Clara Editora, p.75-100, 2005 . Disponível em:
<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/108/3/01d06t06.pdf>> Acesso em: 10 Mar. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SANTOS, Lincoln de Araújo. **A alternativa para o progresso: o nacionalismo desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional dos anos 1960 no Brasil**. Rev.Bras. de História da Educação, Vol.19, p.1-18, 2019. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/LhLVqFpV9VKDfXTVTDgMyMD/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em: 18 Out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. In: Rev. Brasileira de Educação v. 14 n.40 jan./abr. São Paulo, p.143-155, 2009, Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em:02 de Agosto de 2021.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

_____. **A Lei da Educação: LDB trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera. **Anísio Teixeira e a Educação Brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–64**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação. UFU. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23190/1/AnisioTeixeiraEducacao.pdf>> Acesso em: 12 Mar. 2022.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e nacionalismo**. Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.34, n.80, out./dez, p.205-208, 1960. Disponível em: <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/fran/artigos/educacao7.html>> Acesso em 01 Fev. 2022.

TENÓRIO, Fernando, WANDERLEY, Sérgio. **Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964)**. Rev. de Administração Pública. Rio de Janeiro, maio/junho, p.507-526, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/q6N6pb7QqXfLkT5y8qzCXVz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 24 Fev. 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/150415431/63931911-Caio-Navarro-de-Toledo-o-Governo-Goulart-e-o-Golpe-de-64>> Acesso em: 19 Fev. 2022.

VIGEVANI, T., RAMANZINI, A. **Pensamento Brasileiro e Integração Regional**. In: Contexto Internacional. Vol.32, nº 2, julho/Dezembro, Rio de Janeiro, p.437-487, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/Y8RhJfyCjqcgPGsVx6LRn9t/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 22 Out. 2021.

XAVIER, Libânia Nacif. **Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun, p.669-682, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Nv95cgSw4qJC9L97RM99gYc/?lang=pt>> Acesso em: 09 Mar. 2022.